



PARECER ÚNICO SUPRAM CM Nº. 382/2012
Indexado ao(s) Processo(s)

PROTOCOLO Nº. 0813043/2012

Licenciamento Ambiental Nº. 12026/2008/005/2012	DEFERIMENTO
Autorização para Intervenção Ambiental – Processo 897/2012	
Outorgas: Processos 02416/2012	
Empreendimento: Rio das Velhas Design Resorts / Reserva Real	
Empreendedor: Reserva Real Empreendimentos Imobiliários Ltda.	
CNPJ: 09.347.083/0001-64	Município: Jaboticatubas/MG
Bacia Hidrográfica: Rio São Francisco	Sub-Bacia: Rio das Velhas
Referencia: Licença de Instalação	Validade: 6 anos

Atividades objeto do licenciamento ambiental

Código DN 74/04	Descrição	Classe
E-04-01-4	Parcelamento de solo para fins exclusiva ou predominantemente residenciais	5
Compensação florestal: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		Compensação ambiental: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
Condicionantes: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		Automonitoramento: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
Unidade de Conservação: Entorno APA Carste Lagoa Santa e entorno PQE do Sumidouro		

Responsável pelos Estudos Técnicos Sérgio Myssior	Registro de classe 67.645/D CREA MG
---	---

Equipe Interdisciplinar	MASP	Assinatura
Marcelo Carlos da Silva	1.135.781-1	
Daniele Ladeira	81.754-6	
Ronaldo Carlos Ribeiro	1.147.163-8	
Thiago Cavanelas Gelape	1.150.193-9	
Angélica de Araújo Oliveira	1.213.696-6	

Aprovação	Anderson Marques Martinez Lara Diretor Técnico MASP 1.147.779-1	
De acordo	Bruno Malta Pinto Diretor de Controle Processual MASP 1.200.563-3	



SUMÁRIO

1	Introdução.....	3
2	Caracterização do Empreendimento	3
2.1	Projeto Urbanístico.....	5
2.2	Drenagem Pluvial.....	9
2.2.1	Abastecimento de Água.....	9
2.3	Esgotamento Sanitário.....	9
2.3.1	Terraplenagem.....	10
2.3.2	Geração e Destinação dos Resíduos Sólidos.....	11
2.4	Avaliação dos Planos de Controle Ambiental	11
2.4.1	Projeto de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos	11
2.4.2	Programa de Comunicação Social.....	12
2.4.3	Projeto de Mobilização de Mão de Obra Local	14
2.4.4	Programa de Inventário e Promoção de Bens Culturais	15
2.4.5	Programa de Fomento e Apoio ao Turismo	16
2.4.6	Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico	16
2.4.7	Programa de Educação Ambiental - PEA	17
2.4.8	Projeto de Restauração da Sede e Engenho da Antiga Fazenda da Guia	17
2.4.9	Programa de Conectividade da Paisagem.....	18
2.4.10	Programa de Pesquisa e Monitoramento da Fauna Silvestre	23
2.4.11	Programa de Monitoramento das Águas	24
2.4.12	Programa Ambiental da Construção – PAC.....	25
2.4.13	Programa de Controle de Ruídos e Vibrações	25
2.4.14	Projeto de Gerenciamento de Resíduos	25
3	Cumprimento das Condicionantes da Licença Prévia	25
4	Intervenção e Utilização de Recursos Hídricos	30
5	Autorização para Intervenção Ambiental – AIA	30
5.1	Caracterização da Flora.....	30
5.2	Quantificação das Áreas de Intervenção	31
5.3	Quantificação do Material Lenhoso.....	32
5.4	Reserva Legal.....	32
5.5	Intervenção em Áreas de Preservação Permanente.....	32
5.6	Compensação Ambiental.....	33
5.6.1	Compensação por Supressão de Exemplos Arbóreos Protegidos por Lei e Ameaçados de Extinção.....	33
5.6.2	Compensação Ambiental.....	33
6	Controle Processual	33
7	Da concessão de Licença Ad Referendum.....	34
8	Conclusão.....	34



1 INTRODUÇÃO

Este Parecer Único tem por objetivo subsidiar o julgamento do pedido de Licença de Instalação – LI, formalizado pelo empreendedor junto a SUPRAM Central Metropolitana em 15/02/2012, para a segunda fase do projeto denominado Reserva Real, localizado no município de Jaboticatubas. Tal fase é composta pelos módulos denominados Biovilas.

O empreendedor recebeu do COPAM a Licença Prévia para a totalidade do empreendimento em 22/12/2009 com validade de quatro anos. Já em 16/09/2010 o COPAM concedeu licença de instalação para o módulo denominado Prime Community, que é composto pelas áreas do Campo de Golfe (Golf Resort), Centro Hípico (Hypica Resort), Comunidade Aeroportuária (Fly-in) e Área comercial (Uptown). Em junho de 2012, foi concedida a Licença de Operação para o módulo denominado Hípica, integrante do Prime Community.

Foram apresentados o Plano de Controle Ambiental - PCA, o relatório de cumprimento das condicionantes das licenças ambientais anteriores e os projetos das áreas objeto deste licenciamento. A análise técnica foi pautada na apreciação destes documentos e nas observações feitas durante vistoria na área do empreendimento realizada em 09/08/2012 (Auto de Fiscalização nº 93518/2012).

Durante a vistoria realizada em 09/08/2012, foi observado a disposição de solo, resultante das operações de terraplanagem do módulo *Prime Community* e a supressão de alguns indivíduos arbóreos, sem a devida autorização. Em razão disso, foi lavrado auto de infração contra o empreendimento.

O empreendimento encontra-se inserido no entorno da APA Carste Lagoa Santa, o que foi devidamente autorizado pelos órgãos competentes, por meio de anuência, na fase de licenciamento prévio.

Para este empreendimento, a proposta é de implantação tanto do sistema de infraestrutura urbana, conforme lei federal 6.766, quanto a construção das edificações unifamiliares. Contudo, segundo a Deliberação Normativa COPAM nº 58, a construção de edificações residenciais caracteriza a operação do empreendimento e em razão disso, não deverão ser edificadas as residências antes da obtenção da respectiva licença de operação.

2 CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento é composto por cinco Biovilas, das quais fazem parte de uma zona de uso residencial unifamiliar destinada à primeira moradia, e tendo como público alvo a classe média.

Elas refletem uma nova concepção de moradia, focada na sustentabilidade e qualidade de vida.

A Biovila é um conceito inovador que apóia em cinco valores principais: natureza, saúde e esporte, comunidade, conforto e segurança e harmonia.

A proposta da Biovila tem como premissa a comunhão com a natureza, pois em cada gleba a ser implantada a Biovila será dotada de amplas áreas verdes, nomeadamente um parque e uma Ecoquinta destinada, sobretudo, ao público jovem. O ambiente



propicia essa interação a partir de que não ocorrerá a implantação de prédios e, além disso, existirão medidas e posturas obrigatórias a serem adotadas.

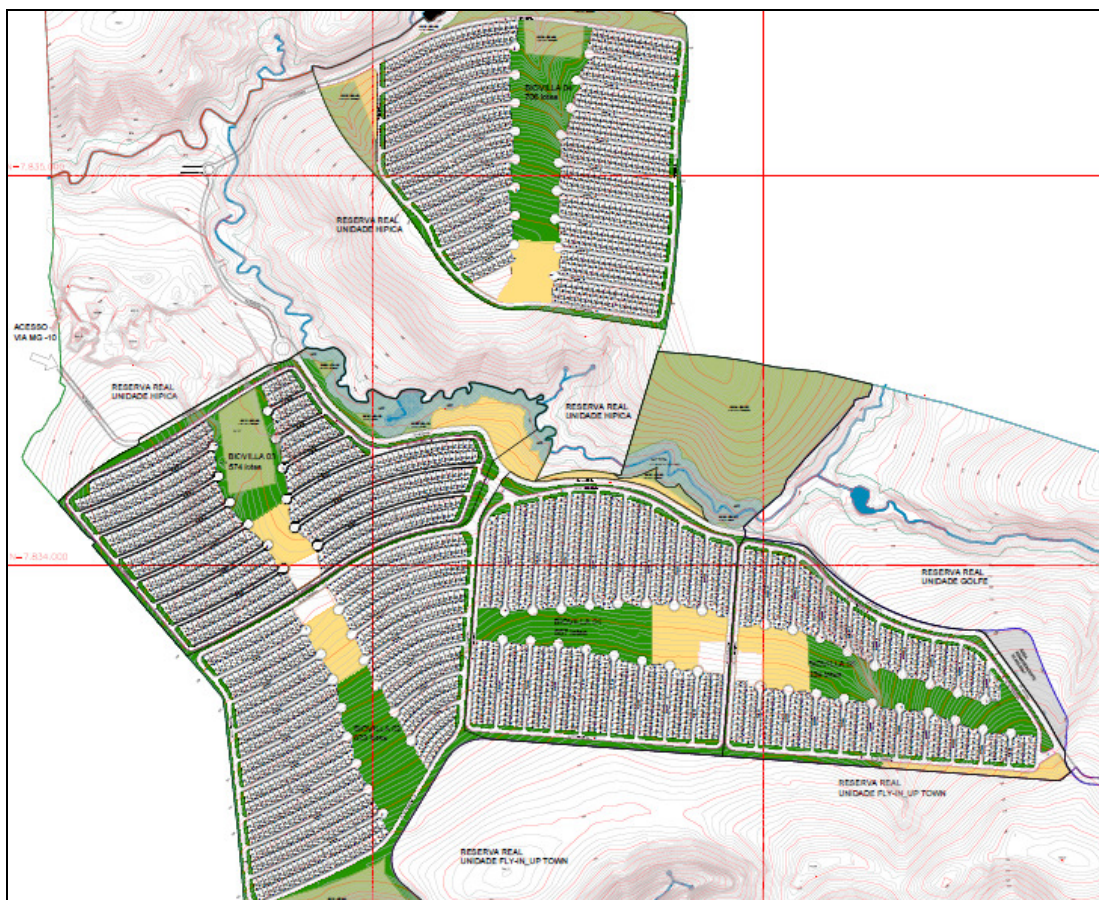
Serão adotados sistemas de separação de lixo, utilização de energias alternativas (luz solar), para não intervir no aspecto visual será adotada a inexistência de cabos elétricos e de telecomunicações aéreas, busca por utilização de materiais recicláveis, tratamento dos resíduos, busca por utilização de produtos, sempre que possível, de uso considerado sustentável, o respeito por normas existentes que permita a certificação, por terceiros, do eco caráter do empreendimento e eventual criação e divulgação de Norma própria das Biovilas.

As Biovilas tentam associar sua imagem a busca da saúde, através da escolha de locais com baixos índices de poluição e condições para baixos níveis de emissão, escolha de locais propícios a prática do esporte, através da existência de equipamentos desportivos e áreas de passeio, oferta de produtos que contribuam para uma vida sã e um convite a vida ao ar livre.

O projeto urbanístico da Biovila buscou ao mesmo tempo criar privacidade aos futuros moradores, sem que eles se sintam isolados da comunidade. O intuito é de resgatar os laços entre os vizinhos. A partir daí foram adotados meios para facilitar essa interação: uso de ruas relativamente pequenas, com poucos moradores que facilitem o contato, existência de um centro comum (parque), a existência de partilha de valores comuns.

Foram adotados equipamentos e serviços para garantir o conforto e a segurança dos moradores através de: segurança 24 horas, a oferta de comércio de conveniência que supra as necessidades do dia-a-dia, com horário alargado e localização central, oferta de serviços como babá e manutenção.

A Biovilas irá adotar um conjunto extenso de regras urbanísticas e de construção, com isso criará uma harmonia ao conjunto arquitetônico. Deverão ser seguidas as restrições urbanísticas com relação aos afastamentos obrigatórios ao eixo da via e os afastamentos entre casas, a utilização de muros frontais e laterais com os devidos afastamentos.



2.1 PROJETO URBANÍSTICO

O empreendimento Reserva Real será implantado em uma gleba de área total de 1.067,2860 ha, situado na bacia do Rio das Velhas, localizado no município de Jaboticatubas-MG. Contudo, a área objeto de referência para esta licença ambiental se refere a uma área de **2.666.864,99 m²**, referente às **5 Biovilas e área destinada ao treinamento do golfe**.

A área pleiteada para implantação do empreendimento encontra-se localizada em Zona Urbana, conforme matrícula no cartório de registro de imóveis de Jaboticatubas nº 12.900 – Livro 2AV – Folha 157.

Consta nos autos do processo declaração emitida pela Prefeitura Municipal de Jaboticatubas, datada de 28/09/2008, onde essa declara que o tipo de atividade a ser desenvolvida e o local de implantação do empreendimento estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos do município.

Hoje, o acesso à área poderá ser feito pela MG 20 (pelo km 51) ou MG 10, passando por um trecho de 12 km de estrada de terra. Consta nos autos um Protocolo de Intenções assinado pela VIVA Empreendimentos (hoje Reserva Real) e o Estado de Minas Gerais (datado de 03/12/2009), que objetiva a execução das obras de acesso principal através da MG-10, com a pavimentação de um trecho de aproximadamente 17,5 Km e a construção de uma ponte sobre o Rio das Velhas. Tais obras trarão significativas melhorias ao tráfego de veículos da região e, conseqüentemente, ao acesso à área do empreendimento, tendo em vista que este será um caminho alternativo que não passará pelo centro urbano de Lagoa Santa.



As Biovilas fazem parte de uma zona de uso residencial unifamiliar destinada à primeira residência. De acordo com o projeto urbanístico apresentado, serão ao todo instaladas 5 Biovilas, somando 2.799 lotes com área mínima de 420m². Segue abaixo o quadro com a distribuição das áreas das Biovilas e das áreas do empreendimento:

Detalhes da distribuição das Biovilas		
Biovila	Nº de lotes	Área (m ²)
Biovila 01	557	238171,55
Biovila 02	623	267696,86
Biovila 03	574	247113,38
Biovila 04	706	299429,08
Biovila 05	339	147812,63
Total	2799	1.200.223,50

Durante a Licença Prévia existia uma área de 20.900,05 m² que pertencia à Unidade das Biovilas, mas com a implantação da Unidade Golfe, observou-se a necessidade de criar uma área específica para treinamento de pessoas iniciantes neste esporte. Portanto foi protocolado documento junto a SUPRAM-CM, esclarecendo que esta área de 20.900,05 m², que até então pertencia a Unidade das Biovilas, seria contemplada no processo de licenciamento de pedido da LI, mas, no entanto ela pertencerá a Unidade Golfe. Sendo assim, a intervenção nela imposta será composta apenas pelo plantio de gramas e intervenções paisagísticas, sem configurar a construção de nenhuma edificação.

Quadro de áreas do Empreendimento		
Denominação	Área (m ²)	Percentual (%)
Área dos lotes residenciais	1.200.223,50	45,36%
Área dos lotes comerciais	24438,60	0,92%
Áreas públicas		
Sistema Viário	529499,31	20,01%
Áreas Institucionais (Equipamentos Urbanos)	133084,54	5,03%
Espaços livres de uso Público		
Áreas Verdes	288614,00	10,91%
Áreas de Lazer	335944,67	12,70%
Áreas de Preservação Permanente - APP	134160,32	5,07%
Área Loteada	2645964,94	100%
Área destinada ao Golf	20.900,05	
Área Total pleiteada para a licença	2.666.864,99	

O projeto urbanístico está de acordo com o Decreto Estadual 44.646/2007, no que diz respeito ao percentual mínimo destinado às áreas públicas (mín. 35%) e área



institucional (mín. 5%). Além disso, a soma do Espaço Livre de Uso Público e Áreas Verdes, de acordo com o referido decreto, deve apresentar porcentagem mínima de 10%, condição respeitada pelo projeto.

A área pública do empreendimento é composta por sistema viário, áreas verdes, espaço livre de uso público e espaços urbanos e comunitários (áreas institucionais). Para melhor compreensão, abaixo segue uma descrição do uso de algumas delas:

- Espaços livres de uso público: áreas de praças, parques, e similares
- Equipamentos urbanos: são as instalações públicas destinadas a abastecimento de água, serviço de esgoto, energia elétrica, coleta de águas pluviais e etc.
- Equipamentos comunitários: são áreas destinadas às instalações públicas para educação, saúde, cultura, lazer, segurança e etc.

Verifica-se que no projeto arquitetônico foi previsto vias de pedestre nos fundos dos lotes (largura de 4,0m) que fazem divisa com as áreas verdes e APP's, atendendo ao solicitado no Decreto Estadual mencionado acima. Estas serão pavimentadas com revestimento primário.

Cada Biovila é constituída de ruas sem saída (dotadas de *cul de sac*) que terminam em uma grande área de lazer permitindo, com isso, uma maior integração entre os moradores.

Cabe ressaltar que uma das particularidades deste empreendimento, é que o empreendedor irá entregar a Biovilas com a terraplanagem executada e as edificações prontas para serem comercializadas. Mas como a licença se refere a uma licença de instalação, esta construção de residências só será permitida quando o empreendimento possuir a Licença de Operação. Sendo assim, será condicionado ao empreendedor, que a construção das edificações para fins residenciais somente poderá ter início após a obtenção da licença de operação.

Para garantir um padrão mínimo e controlar a ocupação foram estabelecidos os seguintes parâmetros: Taxa de ocupação = 40%, Coeficiente de Aproveitamento = 0,65 e Taxa de permeabilidade de 30%.

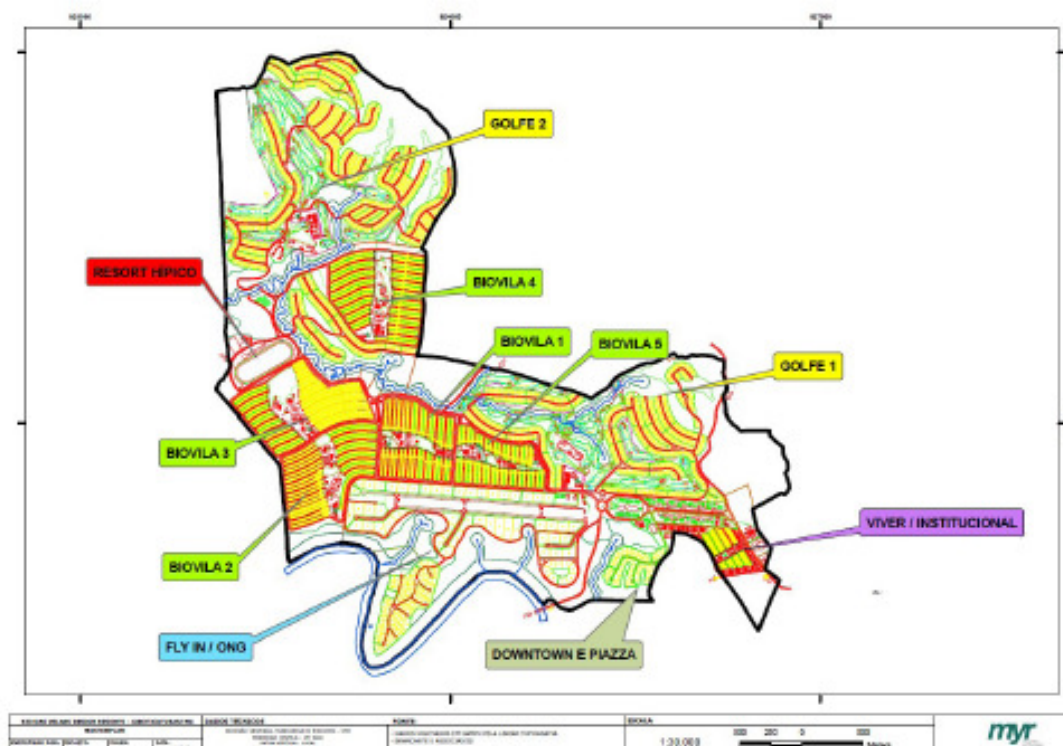


Figura 1. Mapa com todos os empreendimentos licenciados na fase de LP

O sistema viário atende a todos os lotes previstos para o empreendimento, através de vias locais de acesso e de distribuição, com largura que variam de 12 a 14 metros (ambas com passeios de 2,50m), ou seja, as vias estão de acordo com o disposto no anexo 1 da Lei Municipal nº2.090, datada de 03/03/2010, conforme quadro abaixo:

ANEXO I PARÂMETROS GEOMÉTRICOS DAS VIAS

Características	Via Arterial	Via Coletora Dupla e Simples	Via Local de Distribuição	Via Local de Acesso	Via de Pedestres	Ciclo-vias	Vias de Serviço
Passeio ou faixa de calçada (x2)	3,00	3,00	2,50	2,5	-	-	-
Pista de rolamento ou largura da via (x2)	8,00	Dupla=7,00 Simples=12,00	9,00	7,00	-	-	-
Canteiro central	4,00	Dupla=4,00 Simples=não tem	-	-	-	-	-
Pista de ciclovia	2,00	Opcional	-	-	-	-	-
Largura total da via com calçada e ciclovia	28,00	Dupla=26,00 Simples=18,00	14,00	12,00	4,00	2,00	3,00

Tabela 1. Largura das vias (Fonte: Lei Municipal 2090/2010)



De acordo com o mapa de declividades apresentado na licença prévia, a maior parte da gleba apresenta áreas com declividade abaixo de 30%.

Em vistoria realizada no dia 09/08/2012, foi observado uma voçoroca, de grande porte, instalada e ativa, na área da Biovila 5. Em razão disso, ainda para afastar a possibilidade de se tratar de uma área de preservação permanente, solicitou-se estudo técnico sobre a citada estrutura de erosão, a qual atestou se tratar de uma voçoroca e a necessidade de intervenção na mesma, de forma a impedir seu avanço.

O atendimento às necessidades básicas dos futuros moradores do empreendimento será promovido através empreendimento Uptown, já licenciado, onde estão previstas estruturas de suporte para a comunidade, como escola, posto de saúde, posto policial e comércio.

Consta nos autos do processo, documento emitido pela Prefeitura Municipal de Jaboticatubas (datado de 27/11/2009) onde esta reconhece o caráter relevante interesse social do empreendimento “Rio das Velhas Design Resorts”.

Em 04/04/2012, o IPHAN emite Ofício nº0677/2012, no qual informa ao empreendedor que este não possui quaisquer pendências no que se refere ao Patrimônio Cultural de Natureza Arqueológica.

2.2 DRENAGEM PLUVIAL

O Sistema de Drenagem Superficial foi elaborado visando a manutenção do abastecimento dos recursos hídricos existentes na região do empreendimento, a se realizar de forma a provocar um menor impacto ambiental. Partindo dessa premissa, o objetivo principal é o escoamento da água, nos talwegues onde ocorria originalmente e evitar que o referido escoamento se faça em velocidades e energia desfavoráveis à estabilidade geotécnica dos canais naturais.

Dessa forma, visando escoamentos de baixa velocidade e uma maior infiltração no solo, serão adotadas estruturas dissipadoras de energia e barramentos nos talwegues.

Sendo assim, o empreendimento contará com o método tradicional de macrodrenagem, composto por galerias, bocas de lobo, valetas, canaletas e escadas dissipadoras.

2.2.1 Abastecimento de Água

O abastecimento de água do empreendimento será baseado em uma captação superficial direta, a ser realizada no rio das Velhas. Tal captação foi analisada segundo o processo de outorga nº 02416/2012, sendo elaborado o parecer de deferimento para o citado pleito.

Tendo em vista a atual qualidade das águas do rio das Velhas, o sistema de produção de água contará também com uma estação de tratamento de águas, visando garantir os padrões de potabilidade necessários para o consumo humano.

Além da estação de tratamento de águas, o sistema de produção e abastecimento de água contará com a rede de distribuição e sistema de reservação.

2.3 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Os efluentes líquidos gerados, tanto na instalação quanto na operação deste empreendimento, são caracterizados como efluentes domésticos, cujas propriedades principais são carga orgânica, patogênica e de nutrientes.



Na instalação do empreendimento, o esgoto gerado pela estrutura sanitária do canteiro de obras será destinado a banheiros químicos portáteis, cuja empresa contratada para prestação de tal serviço deverá ser regularizada ambientalmente. Será alvo de condicionante a apresentação de documento comprobatório da regularização ambiental da empresa contratada.

Em razão dos tamanhos dos lotes, que em média são de 420 m², o tratamento dos efluentes sanitários, na fase de operação do empreendimento, não poderão ser realizados por sistemas estáticos individuais. Em razão disso, é proposto o tratamento dos efluentes sanitários por meio de estação de tratamento, que será composta por tratamento preliminar, tratamento biológico e desinfecção com utilização de sistema ultravioleta. O efluente tratado será descartado no córrego da Guia, que é classificado em classe 1, segundo a Deliberação Normativa COPAM nº 20/1997.

Contudo, segundo a bibliografia técnica, os efluentes sanitários domiciliares possuem, em média, concentração de matéria orgânica (DBO) em 300 miligramas por litro e a técnica de tratamento prevê redução máxima de 75% desse contaminante, resultando na concentração de 75 miligramas por litro.

Segundo a Deliberação Normativa Conjunta COPAM CERH nº 1/2008, os sistemas de tratamento de esgoto sanitário, devem prever eficiência mínima de remoção de DBO de 60%, com média anual igual ou superior à 70%. Contudo, apesar dos padrões de lançamento de efluente, a princípio, atenderem aos padrões de lançamento de efluentes, entende-se que em caso de oscilação da eficiência desse sistema, poderá haver violação desses padrões, o que pode ser entendido como uma situação grave em razão do corpo receptor do efluente tratado ser enquadrado na classe 1. Sendo assim, o corpo técnico da SUPRAMCM entende ser razoável a implantação de um pós tratamento, que eleve a eficiência de remoção de matéria orgânica, à pelo menos 85%. Tal consideração é apresentada por meio de condicionante presente no anexo I desse parecer único.

Tendo em vista o descarte em corpo hídrico superficial, classificado em 1 pela legislação ambiental vigente, os padrões de lançamento do efluente deverá atender à Resolução CONAMA 357 e Deliberação Normativa Conjunta COPAM / CERH nº 1/2008. Sendo assim, quando os sistemas estiverem operantes, será solicitado ao empreendedor a apresentação de relatórios periódicos, que atestem a qualidade do efluente tratado, e que será objeto de avaliação da licença de operação.

O tratamento preliminar proposto será composto por gradeamento fino, ultrafino e desarenador de fluxo horizontal. Já o tratamento biológico será composto por reator anaeróbico de fluxo ascendente, dispositivo de coleta e queima de biogás, dispositivo de coleta e queima de gases residuais, dispositivos de coleta e descarte de lodo e dispositivo de remoção de espuma do interior do separador trifásico. O lodo gerado será encaminhado para os leitos de secagem. O tratamento terciário será realizado com o emprego de raios ultravioletas.

2.3.1 Terraplenagem

Visando a implantação do sistema viário e dos lotes, torna-se necessário a execução de obras de terraplanagem. Sendo assim, o projeto para tal intervenção objetivou a disposição dos volumes excedentes de solo nas próprias áreas do empreendimento, descartando, portanto, a necessidade de áreas externas de bota-fora. Ressalta-se que também não serão necessárias áreas externas de empréstimo.



Contudo, não foram apresentadas medidas de controle para o impacto de aumento do potencial erosivo da área do empreendimento. Em razão disso, solicita-se, por meio de condicionante desse parecer único, a apresentação de um conjunto de técnicas, que serão empregadas durante a execução das obras e após a conclusão dos lotes.

2.3.2 Geração e Destinação dos Resíduos Sólidos

Tendo em vista a natureza do empreendimento, os resíduos sólidos gerados na etapa de operação do empreendimento serão compostos por resíduos de origem domiciliar, produtos sólidos de origem comercial, poda de vegetação das áreas públicas, produto de varrição de ruas e resíduos sépticos (serviço de saúde e animais mortos). Além desses materiais, ressalta-se que a fase de implantação das edificações promoverá a geração de resíduos de construção civil e, em menor escala, resíduos domésticos em função da movimentação da mão-de-obra.

Na fase de instalação, o destino dos resíduos da construção civil será a composição de aterros para a regularização e estabilidade de taludes e os demais resíduos serão destinados ao serviço de coleta pública de Jaboticatubas.

De uma forma geral, o empreendedor promoverá o acondicionamento temporário dos resíduos sólidos gerados no empreendimento, a partir da coleta seletiva a ser implantada por meio de programas de educação ambiental desenvolvidos com os moradores. A coleta municipal será realizada nesse ponto de armazenamento temporário, para destinação às estruturas públicas de destinação final de resíduos sólidos urbanos. Ressalta-se que, o município de Jaboticatubas é integrante do consórcio intermunicipal do aterro sanitário de Matozinhos, que se encontra licenciado, em fase de licença prévia e de instalação.

2.4 AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE CONTROLE AMBIENTAL

2.4.1 Projeto de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos

O Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos tem por objetivo central captar antecipadamente as possíveis transformações a serem acarretadas pela implantação/operação do empreendimento, sobretudo as comunidades rurais da AID compreendida por Boa Vista, Bamburral e Açudinho.

Neste sentido, destacam-se como principais metas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos:

- Promover o monitoramento dos principais indicadores sociodemográficos e culturais, bem como dos serviços públicos ofertados na AID, bem como no município de Jaboticatubas como um todo, através do acompanhamento categorizado das seguintes variáveis: tendência demográfica, serviços de saúde, educação, abastecimento de água, segurança pública e habitação, níveis de emprego local, ocupação do solo na região de entorno do empreendimento;
- Proporcionar formação e capacitação para que a população local atue como gestora e corresponsável pelo monitoramento de sua dinâmica socioeconômica e cultural, em interface com os demais Programas Ambientais do Meio Socioeconômico;
- Propor ações corretivas para possíveis pressões sobre serviços públicos por ventura verificadas;



- Avaliar a inserção do empreendimento como um todo na área de interesse, buscando aferir a eficácia das medidas propostas e implementadas para o contexto em estudo;
- Estabelecer convênios com instituições públicas municipais e estaduais para contemplar o aumento da demanda por serviços públicos. A princípio, propõe-se o estabelecimento de convênio com a PM/MG, para instalação de um posto policial na área de entorno do empreendimento.

A metodologia participativa voltada ao envolvimento da comunidade e criação de um ambiente de corresponsabilidade para o acompanhamento da dinâmica social e cultural de Boa Vista, Bamburral e Açudinho, será pautada em encontros e reuniões sistemáticas junto a um grupo representativo da comunidade local, onde serão desenvolvidas técnicas de participação e mobilização comunitária, como elaboração de mapa falado, agenda 21, dinâmicas de grupo, dentre outras. Propõe-se que seja criada uma Rede de Informações para participar destes encontros, a ser composta por representantes dos diversos setores da comunidade local, como Associações Comunitárias de Moradores, de Produtores Rurais, representantes dos setores de educação, saúde e saneamento locais, Igreja Católica, grupos culturais, dentre outras, a serem definidas durante a execução do Plano de Controle Ambiental, conforme demanda observada.

As propostas apresentadas nos estudos ambientais PCA compreendem após a obtenção da LI a realização de convênio com a PM / MG (pelotão de Santa Luzia) para implantação de um posto policial na área de entorno do empreendimento, além, de realização de uma campanha de campo inicial (Marco Zero), com vistas a preparar as diversas entidades locais para o auxílio do controle e monitoramento dos indicadores a serem acompanhados, bem como a realização de campanhas de campo sistemáticas ao longo da implantação, para desenvolvimento de reuniões com a Rede de Informações e de entrevistas semi-estruturadas visando a coleta de informações sobre os diversos indicadores socioeconômicos e culturais.

Quando da obtenção da LO o programa prevê o encerrar nos primeiros seis meses da operação consolidada de todo o Condomínio. Para tal, deverão ter continuidade as reuniões sistemáticas com a Rede de Informações, já na etapa final, visando a continuidade da gestão, por conta da própria comunidade, de sua realidade socioeconômica e cultural.

De acordo com os estudos espera-se que, nesta etapa, tendo em vista todas as atividades já desenvolvidas, a comunidade já esteja preparada e capacitada para a autogestão das questões locais de importância coletiva.

Ressalta-se que para a eficácia deste Programa é fundamental que ele seja implementado em estreita interface e de maneira conjunta com os demais Programas do Meio Socioeconômico e Cultural, em especial os Programas de Comunicação Social, Fomento e Apoio ao Turismo, Educação Ambiental e Promoção e Inventário dos Bens Culturais.

2.4.2 Programa de Comunicação Social

A implantação do empreendimento Reserva Real se iniciou no final do mês de março de 2011 com o começo da etapa chamada de Prime Community. Assim, as medidas de comunicação social, conforme estudos do PCA, têm sido tomadas a fim de formar um canal de informação direto e claro com a população direta e indiretamente afetada e mantê-la informada sobre questões inerentes ao empreendimento. Como exemplos



de ações do atual Programa de Comunicação Social estão: Oficinas Sociais - reuniões realizadas nas comunidades da AID, informativo de obras, reuniões com lideranças comunitárias e cartazes veiculados em pontos estratégicos do município. Nessa nova etapa das obras, as BioVillas, pretende-se manter o contato já estabelecido durante a atual etapa de obras e continuar envolvendo a população a participar ativamente do processo através da participação em atividades dos programas socioambientais, além de dirimir as eventuais dúvidas acerca do empreendimento.

O principal objetivo deste Programa é a implantação de um canal oficial de divulgação das atividades do empreendimento e um sistema interativo com os grupos de interesse e instituições, visando o nivelamento e a democratização das informações, possibilitando o envolvimento e a participação do público a quem as ações se destinam. Como metas específicas do Programa de Comunicação Social destacam-se:

- Estabelecimento de canais oficiais de comunicação e de interação entre o empreendedor e os segmentos direta e indiretamente envolvidos com o empreendimento;
- Desenvolvimento de ações diretas de comunicação social junto aos órgãos públicos do município de Jaboticatubas, entidades, lideranças e população em geral residente nas comunidades rurais da AID, parceiros institucionais públicos e privados, não proprietários rurais residentes na área do empreendimento, dentre outros atores identificados no decorrer do processo;
- Envolvimento efetivo da população residente no entorno do empreendimento, com ênfase nas comunidades rurais da AID, através de ações diretas e sistemáticas de comunicação social;
- Desenvolvimento de ações informativas e interativas durante todo o processo de instalação do empreendimento, visando evitar e dirimir conflitos de interesses entre as partes envolvidas;
- Elaboração e desenvolvimento de materiais de divulgação (cartazes, informativos, cartilhas, spots de rádio, entre outros) sobre o empreendimento para os meios de comunicação locais e regionais;
- Apoio aos demais Programas Ambientais de modo a subsidiar o planejamento e a execução das diversas ações que apresentam interfaces com as atividades de comunicação.

A implantação das BioVillas está prevista para durar até o final do ano de 2018, portanto, as medidas do programa de Comunicação Social têm a duração do tempo de implantação mais seis meses após a obtenção da L.O, prevista para começo de 2019. Assim para essa fase de LI, as ações de comunicação nesta fase têm como objetivo acompanhar as transformações que possam vir a ocorrer na área de interesse e promover os ajustes necessários, bem como apoiar e subsidiar a execução dos demais programas ambientais propostos, sobretudo aqueles relacionados ao Meio Socioeconômico e Cultural, que apresentam interface mais direta com a comunidade. Neste sentido, cabe destacar que, juntamente com os Programas de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos, Fomento e Apoio ao Turismo e Inventário e Promoção dos Bens Culturais, o Programa de Comunicação Social será responsável pelo estreito relacionamento entre as ações ligadas ao empreendimento e a população



residente na área de entorno, em especial nas comunidades rurais de Boa Vista, Bamburral e Açudinho.

Quando da LO instala-se a fase final do Programa de Comunicação Social, onde a comunidade do entorno e moradora da área já estará apta para serem propagadores das informações e ao mesmo tempo vigilantes. Entretanto, ainda se mantém a figura de um técnico de comunicação social, que como função o apoio à Gerência Ambiental, na implementação dos programas que se iniciam ou tem continuidade nesta fase. A comunicação permanecerá enquanto forem necessárias divulgações sobre os aspectos ambientais do empreendimento.

2.4.3 Projeto de Mobilização de Mão de Obra Local

O objetivo central do Programa de Mobilização de Mão de Obra Local é garantir a maior absorção possível de mão de obra residente na área de influência do empreendimento, visando à geração de emprego e renda para a população local.

A implantação de todas as parcelas e estruturas do Condomínio Rio das Velhas Design Resorts Reserva Real ocorrerá durante um longo período, previsto inicialmente para 10 anos. Embora de difícil previsão a médio e longo prazo, em função das especificidades de cada estrutura componente do empreendimento, inicialmente estima-se que serão gerados em média 250 postos de trabalho por ano durante a etapa de implantação, podendo atingir 400 nos momentos de pico das obras.

Desse contingente total previsto, vale observar que a grande maioria dos empregos a serem gerados refere-se a funções de baixa especialização, representadas, sobretudo, pelos ajudantes, pedreiros, carpinteiros, motoristas, operadores de trator agrícola, vigilantes, pintores, pessoal administrativo, etc. Para as funções que requerem certo nível de qualificação o empreendedor deverá fornecer treinamento e capacitação adequados ao exercício da função, de modo que se possa otimizar a contratação de mão de obra local.

Dessa forma, prevê-se que cerca de 80,00% do contingente total será recrutado anualmente na região. Grande parte desta mão de obra será contratada, preferencialmente, nas áreas de influência indireta e direta do projeto. Além de proporcionar impactos positivos relacionados à geração de renda para a população e aquecimento da economia local, minimizará sobremaneira possíveis pressões a serem geradas sobre a infraestrutura de serviços básicos ofertados nas comunidades rurais de Boa Vista, Açudinho e Bamburral e na própria sede municipal de Jaboticatubas, em função de evitar o aumento da demanda proporcionado pelo afluxo de população ligada à obra.

Para garantir e maximizar o aproveitamento da mão de obra local, algumas diretrizes deverão ser estabelecidas. Estas diretrizes devem abranger tanto as estratégias informativas de divulgação das oportunidades a serem criadas, identificação e cadastro da mão de obra disponível, quanto prever capacitações para os grupos de pessoas da região que preencham os requisitos mínimos para as funções requeridas, e que estejam interessadas em trabalhar nas obras de construção do empreendimento.

Caberá ao empreendedor divulgar com a antecedência necessária o cronograma real de alocação da mão de obra e, concomitantemente, o de desmobilização programado. Dessa forma, deverá ser realizado pelo empreendedor, em conjunto com a Prefeitura Municipal, um levantamento de demandas potenciais, em termos de obras em



implantação ou a serem implantadas, assim como de outras atividades com possibilidades de demanda.

Durante a operação do empreendimento, apesar de difícil quantificação na etapa atual, também deverão ser criados inúmeros postos de trabalho relacionados aos serviços de manutenção das áreas coletivas do Condomínio, bem como demanda por mão de obra para trabalhar nas próprias residências particulares dos condôminos e em serviços gerais. Dessa forma, recomenda-se que as ações deste Programa sejam estendidas ao início da fase de operação do empreendimento.

2.4.4 Programa de Inventário e Promoção de Bens Culturais

O atual Programa de Inventário e Promoção de Bens Culturais do empreendimento Reserva Real está em andamento desde março de 2011 como um dos programas socioambientais componentes do PCA da LI nº 208/10, do Prime Community, primeira etapa do empreendimento que fora iniciada. O Programa se iniciou com contatos prévios com entidades civis e do poder público, pesquisa dos bens culturais do município de Jaboticatubas mais significativos e passíveis de serem promovidos e divulgação dos bens em meios de comunicação através do informativo mensal de obras, previsto no Programa de Comunicação Social. Além disso, o Conselho Gestor do Programa foi formado e os membros já tomaram posse, palestras sobre educação patrimonial também foram ministradas aos moradores das comunidades rurais de Boa Vista e Bamburral.

Nessa nova etapa da obra, as BioVillas, pretende-se continuar com o fomento à preservação do patrimônio cultural do município através de medidas de educação patrimonial e instrumentalização de gestores sociais para a continuidade do trabalho de preservação. Ressalta-se, portanto, que este Programa de Inventário e Promoção de Bens Culturais vem complementar o Programa que já está em andamento.

Dessa forma o objetivo geral do Projeto de Inventário e Promoção dos Bens Culturais é desenvolver ações de controle dos impactos negativos e potencializarão dos efeitos positivos, no âmbito do patrimônio cultural local, que o empreendimento Reserva Real acarretará sobre os bens culturais situados na ADA e AID.

O Programa de Inventário e Promoção de Bens Culturais têm duração prevista de um ano contado a partir da obtenção da Licença de Instalação das BioVillas. As ações previstas pelo Programa são complementares ao Programa que já está em andamento. Portanto, prevê-se a continuidade das principais atividades como a pesquisa ao patrimônio cultural de Jaboticatubas, revitalização dos atuais inventários através da confecção do Álbum de Registro de Patrimônio Cultural e medidas de educação patrimonial. Para tanto, as seguintes etapas do Programa são: Pesquisa e levantamento do patrimônio cultural do município de Jaboticatubas, Elaboração do plano de trabalho com o Conselho Gestor do Programa, Confecção do Álbum de Registro de Patrimônio Cultural, Medidas de educação patrimonial, Avaliação e Monitoramento, Interface com outros projetos, Responsabilidade pela implantação do Projeto/ Gestão Institucional, sendo esse de responsabilidade do empreendedor.

Contudo, para sua eficácia e fundamental que seja realizada gestão institucional constante junto aos órgãos do poder público municipal de Jaboticatubas que trabalham com a temática cultural, como o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e a JABOTUR.



2.4.5 Programa de Fomento e Apoio ao Turismo

O objetivo deste Programa é fornecer subsídios e bases para o planejamento turístico do município de Jaboticatubas, reconhecendo o turismo como alternativa para a promoção do desenvolvimento econômico e social e considerando o fato de que a região tem um enorme potencial turístico a ser explorado de forma organizada, além de oferecer opções de lazer e turismo aos condôminos, agregando valor ao empreendimento e à região como um todo.

Ainda como enfoque central do Programa, destaca-se o objetivo de propor ações baseadas no turismo sustentável, que visam proporcionar uma melhoria de qualidade de vida para a comunidade local e para os visitantes, em compensação às interferências a serem geradas pela implantação do empreendimento Reserva Real.

De forma resumida, a implantação do Centro se dará através das seguintes etapas:

- Restauração da Sede e Engenho da Fazenda da Guia;
- Adaptação do interior da casa sede para abrigar os materiais, como computador, bancada para material gráfico, pasta de atrativos, fotografias, banners, Álbum de Registro do Patrimônio Cultural, etc.;
- Montagem de mini exposição fotográfica ilustrando o acervo original e as etapas das obras de restauração;
- Adaptação de um cômodo para abrigar o material resgatado no âmbito do Programa de Resgate Arqueológico;
- Contratação e treinamento do profissional a ser responsável pelo atendimento ao público;
- Levantamento e disponibilização de material informativo, promocional e de educação patrimonial;
- Gestão institucional e estabelecimento de parcerias junto a órgãos afins, como JABOTUR, Instituto Estrada Real, Circuito Parque Nacional da Serra do Cipó, dentre outros.

De acordo com as articulações temáticas e operacionais inerentes ao escopo do Programa de Apoio e Fomento ao Turismo, é indispensável que sua implementação ocorra em integração permanente com todos os demais Projetos do Meio Socioeconômico e Cultural, quais sejam: Comunicação Social; Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos; Inventário e Promoção de Bens Culturais; Restauração da Sede e Engenho da Fazenda da Guia; Educação Ambiental; Educação Patrimonial.

Neste contexto, é importante salientar que a proposta central para maximizar a efetividade e o alcance de todas as ações previstas nos diversos Programas e Projetos, junto à comunidade local, consiste em sua execução de forma integrada, somando esforços e metodologias, de forma a fortalecer a eficiência das medidas em relação aos objetivos propostos.

2.4.6 Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico

O programa de Prospecção e Resgate Arqueológico visa verificar a real existência, através de indicadores, de sítios arqueológicos no local de implantação do empreendimento, obtendo como resultado final, programas de resgate arqueológico.



A proposta do empreendedor compreende ações como varreduras sistemáticas e sondagens nos locais mais apropriados para assentamentos, para as áreas diretamente afetadas, limítrofes, com citações de achados arqueológicos e quintais de residências com ocupação anterior ao século XX, registrar por meio de fotografias as ocorrências arqueológicas observadas, geo-referenciamento dos pontos com ocorrências arqueológicas, avaliação laboratorial dos fragmentos encontrados para definição cultural e temporal, identificação dos grupos culturais existentes e classificar os padrões de assentamento pré-históricos e históricos. Destaca-se que foi realizado projeto de prospecção em toda área do empreendimento e autorizado pelo IPHAN através da Portaria nº 10, anexo I – nº 19, de 7 de maio de 2010 – processo nº 01514.001368/2010-48.

2.4.7 Programa de Educação Ambiental - PEA

O atual Projeto de Educação Ambiental do Reserva Real vêm sendo realizado desde março de 2011 como parte integrante do Plano de Controle Ambiental da Licença de Instalação da Prime Community, LI nº 208/10, empreendimento integrante do Reserva Real. Certas atividades já foram realizadas e finalizadas e outras continuam em andamento até o final da fase de implantação da Prime Community prevista para os próximos dois anos. Os resultados das práticas, já desenvolvidas, serviram de parâmetro para aprimorar o presente Projeto de Educação Ambiental a ser realizado durante a fase de implantação das BioVillas, nova etapa do Reserva Real, com a previsão de duração de seis anos.

Assim, o PEA tem como objetivo possibilitar a construção participativa de iniciativas que objetivem levar informações educativas a comunidade, buscando a formação de cidadãos com uma consciência crítica quanto ao desenvolvimento da região e aos problemas ambientais associados.

Nesse contexto, será possível estimular atitudes voltadas para a valorização e conservação dos recursos naturais, bem como adotar estratégias adequadas para melhoria das condições de vida local, incentivando a participação individual e coletiva na gestão do uso sustentável dos recursos naturais.

Conforme apontado no PU 259/2009 o empreendimento vem cumprido a condicionante, onde, a empresa deverá apresentar junto ao PCA na fase de LI o relatório das atividades já realizadas e cronograma das mesmas.

2.4.8 Projeto de Restauração da Sede e Engenho da Antiga Fazenda da Guia

Conforme indicado nos Estudos de Impacto Ambiental quando do início do licenciamento, é apresentado o chamado “Diagnóstico Crítico Interpretativo da Fazenda da Guia”. O qual representa a execução propriamente dita do Programa de Restauração da Sede e Engenho da Antiga Fazenda da Guia, onde foram contemplados a consolidação das informações e levantamentos de campo realizados na casa sede da Fazenda da Guia. O objetivo principal é proceder às análises histórico-documental, estético-crítica e estáticoconstrutiva, com vistas a definir a proposta de restauração e adaptação do prédio em questão, que é considerado a referência cultural e social da propriedade juntamente com o engenho de cana.

A partir deste diagnóstico, o projeto arquitetônico executivo vem sendo desenvolvido para a restauração da referida fazenda, de maneira que esta tenha capacidade de atender ao disposto nos Programas Ambientais. Encontra-se detalhado nos autos do processo o Diagnóstico Crítico Interpretativo da Fazenda da Guia.



2.4.9 Programa de Conectividade da Paisagem

O Programa de Conectividade da Paisagem visa, de forma geral, promover a recuperação ambiental das áreas degradadas do empreendimento, incluindo Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e Áreas Verdes, proporcionando não apenas a recuperação de sua estrutura vegetacional, como, também, suas funções ecológicas.

Dentre os objetivos específicos, destacam-se:

- Restabelecer o equilíbrio dos fatores abióticos e bióticos da ADA de modo a permitir a recomposição de áreas degradadas dentro dos limites do empreendimento;
- Criar um sistema de corredores ecológicos entre os fragmentos presentes no empreendimento e as áreas protegidas da região do entorno;
- Controlar e conter a evolução dos processos erosivos através da recomposição da vegetação;
- Evitar o excesso de carreamento de sedimentos para os cursos d'água através da proteção natural ou induzida da Mata Ciliar;
- Recompôr a Mata Ciliar e restabelecer a fauna associada;
- Avaliar a efetividade de uso da fauna silvestre, especialmente mamíferos e aves, das áreas interligadas para a formação do corredor;

Para a elaboração do programa, primeiramente a equipe de consultoria realizou um zoneamento de toda a área do empreendimento prevista no licenciamento prévio, definindo o estágio de degradação ou conservação de cada área, focado na garantia de sua funcionalidade e conservação.

Posteriormente, com base nos dados obtidos, a equipe de consultoria elaborou outro mapa com foco no zoneamento paisagístico de toda a área do empreendimento prevista no licenciamento prévio, no intuito de identificar as que necessitarão de maiores intervenções para sua recuperação.

Para cada tipologia mapeada na área, serão executadas diferentes técnicas de recuperação das áreas, quais sejam: regeneração por proteção, regeneração induzida, enriquecimento, nucleação, plantio ao acaso e plantio direto.

A regeneração por proteção é o processo em que, através da sucessão ecológica das espécies, evolui-se em direção a uma estrutura similar àquela da vegetação original. Pressupõe a existência de estruturas mínimas, capazes de suportarem o desenvolvimento da biomassa em direção a um clímax. A proteção da área nesta modalidade se dará através do cercamento, com cerca perimetral para impedir o acesso de gado e pessoas não autorizadas na área.

A regeneração induzida ocorre quando se intervém diretamente na regeneração natural, induzindo ou otimizando processos. Dessa forma, pode-se acelerar ou direcionar a evolução da estrutura florestal, por meio da ação humana. Tal metodologia consiste em guiar ou facilitar o processo natural de sucessão, controlando os processos de competição inter-específica e criando condições para que as sementes encontrem um meio adequado para sua germinação e desenvolvimento. A proteção da área nesta modalidade se dará através do cercamento, com cerca perimetral para impedir o acesso do gado.



O enriquecimento consiste em um conjunto de operações destinadas a melhorar a composição de uma vegetação secundária, onde predominam espécies pioneiras e secundárias iniciais, não havendo indícios da instalação de espécies dos estágios procedentes. As ações ocorrem sob ou na copa das árvores, mediante podas direcionadas ou plantio de espécies de valor econômico ou ambiental.

A nucleação, técnica também conhecida por Ilhas de Diversidade, implica na formação de núcleos onde serão plantadas diferentes espécies e, preferencialmente, diferentes formas de vida, visando acelerar o processo de regeneração natural.

O plantio ao acaso baseia-se no plantio de espécies vegetais sem uma ordem ou arranjo pré-determinado. Dessa forma, propõe-se um plantio com um misto das espécies de diversos grupos sucessionais, priorizando o plantio de espécies climáticas nos pontos onde haja maior sombreamento.

Finalmente, o plantio direto corresponde ao reflorestamento de áreas degradadas através do plantio de espécies nativas da região. Utiliza-se uma combinação de espécies nativas pioneiras, secundárias e clímax, plantadas em diferentes proporções, dependendo, principalmente das características de cada área de intervenção.

Ressalta-se que, sempre que for necessário, realizar-se-á o cercamento da área, independentemente da técnica adotada. Esse deverá ser realizado com arame liso, estando o fio mais inferior a uma altura suficiente que permita o fluxo dos elementos da fauna através do corredor idealizado.

Previamente às atividades de recuperação ambiental, o empreendedor se compromete a sinalizar com placas toda a área do terreno, indicando que essa se encontra em processo de recuperação ambiental, bem como sobre a existência de mudas recém plantadas.

Na fase do preparo, ocorrerá combate a formigas nas áreas de plantio direto, enriquecimento e nucleação, visando diminuir o índice de mortalidade das mudas após o plantio. O mesmo combate se repetirá até o desenvolvimento pleno das mudas, ou seja, cerca de dois anos. Nos locais que houver necessidade, será realizado um coroamento do local onde será plantada a muda, com raio de aproximadamente 1,0 m de diâmetro. De acordo com o projeto, as covas para o plantio obedecerão dimensões mínimas de 0,50 x 0,50 x 0,50 m. Aberta a cova e dependendo de sua qualidade, poderá ser adicionado ao solo retirado 300 g de calcário dolomítico e 300 g de fertilizante formulado, NPK, com maior teor de fósforo. Além disso, será aplicado em cada cova, após colocação da muda, 2 kg de composto orgânico.

O plantio indicado no estudo deverá ser com mudas de espécies pioneiras e secundárias tolerantes ao sol e de crescimento rápido, com um espaçamento de 3 m entre linhas por 3 m entre covas. Entretanto, o projeto informa que, sempre que necessário, esse espaçamento será manejado de acordo com as particularidades de cada área. A equipe técnica da Supram Central concorda com a maleabilidade do espaçamento proposto. No entanto, esse nunca deverá ser superior a 3 metros entre linha e entre covas.

Caso necessário, o projeto prevê o replantio de mudas logo após os primeiros 30 dias, garantindo a reposição das mortas por deficiência nutritiva e genética, ataque de pragas, pisoteio, quedas na operação, transporte etc. A equipe da Supram Central entende que o processo de replantio deverá se estender pelos dois anos subsequentes ao plantio, uma vez que é recomendável dois ciclos chuva/seca para garantir a sobrevivência das mudas.



De acordo com o proposto no projeto, as mudas utilizadas no programa em foco serão produzidas em um ambiente, de aproximadamente 32.000 m², denominada por ECO-POIN, a ser instalado dentro do polígono do Centro Hípico (já licenciado). Esta região do empreendimento funcionará como um laboratório biológico e contará com estrutura de viveiros de mudas de nativas, de paisagismo, de plantas aquáticas e de gramas, atendendo a toda demanda gerada pela recuperação e paisagismo do empreendimento.

Além disso, na área do ECO-POINT será realizado todo o processo da compostagem dos resíduos orgânicos gerados pela operação do empreendimento, bem como a recepção dos materiais oriundos dos animais da hípica e o recebimento e estocagem do solo proveniente do decapeamento do terreno para a implantação das estruturas do empreendimento.

Encontra-se em construção um viveiro de mudas com capacidade para 78.000 mudas, com área total de 4.800 m². A superfície encontra-se terraplenada (5 platôs construídos), o galpão de trabalho em estado final de construção e o primeiro platô já com os canteiros demarcados e parcialmente ocupados com mudas em crescimento. Tais mudas foram provenientes do resgate de flora realizado nas áreas de supressão do Prime Community (LI nº 208/10).

O sucesso do programa de recomposição será verificado através do registro dos problemas identificados, proposição de medidas adequadas em cada caso e constatação da execução das medidas corretivas indicadas. Para o Programa de Conectividade da Paisagem serão usadas duas diferentes técnicas de monitoramento:

- Monitoramento da recuperação estrutural: terá como meta garantir o perfeito desenvolvimento da vegetação implantada. Consiste, basicamente, de atividades como replantios, adubação de cobertura, prevenção e combate a pragas e incêndios, irrigação (quando necessária), verificação de sintomas de deficiência nutricional ou toxidez pelo excesso de alguns elementos, identificação de ataques de pragas e doenças, dentre outros. Estas atividades serão realizadas em intervalos trimestrais, durante o segundo ano e após o plantio de mudas. Em cada caso, deverá ser elaborado, pela equipe responsável, o registro descritivo do problema, ilustrado com um encarte fotográfico indicando a situação indicada, a execução das medidas sugeridas e o registro do local após implementada a solução. Após cada avaliação, será gerado um relatório contendo a situação da cobertura vegetal sob o ponto de vista dos indicadores ambientais. Caso seja constatada baixa eficiência da recuperação vegetal, o empreendedor terá, obrigatoriamente, que realizar ações de manejo destas áreas com o incremento no número de mudas ou mesmo adotar medidas de manejo mais adequadas para a situação em que se encontrar a recuperação.
- Funcionalidade do corredor: serão usados indicadores de grupos de fauna para avaliar o sucesso da futura conexão destes fragmentos com a implantação da recuperação ambiental. Para isso, o empreendedor indica a implantação do sub-programa de monitoramento de mamíferos não voadores, que será analisado posteriormente nesse parecer.

Uma das formas de minimizar o impacto ambiental decorrente da supressão vegetal é a realização de Programas de Resgate de Flora nas áreas do empreendimento, de modo a reduzir perdas significativas de diversidade genética.



A preservação da flora é feita com a coleta de materiais reprodutivos, como frutos e sementes, e plantas inteiras, mudas e epífitas, que devem ocorrer antes das atividades de supressão da vegetação para a instalação das obras. Os materiais coletados devem ser utilizados para reflorestar outras áreas do empreendimento.

O trabalho de Resgate de Flora será realizado em toda a área do empreendimento objeto desta fase de licenciamento, anterior ou concomitantemente às atividades de supressão.

O resgate da flora será essencial para o abastecimento do viveiro e para o sucesso da recomposição, pois a produção de mudas oriundas das atividades de resgate evita a compra de mudas e introdução de espécimes alóctones, que certamente terão mais dificuldade de se ambientar com o local de plantio.

Conforme apresentado no PCA, a implantação do Programa de Conectividade da Paisagem e seus desdobramentos serão de inteira responsabilidade do empreendedor, através de um supervisor ambiental de campo. A execução dos trabalhos ficará a cargo da empreiteira, sob fiscalização direta do empreendedor ou daquele supervisor. Ressalta-se, apenas, a necessidade de se utilizar profissionais habilitados, cujas áreas de atuação condigam com a natureza do trabalho a ser realizado.

a - Sub-programa de Monitoramento de Pequenos Mamíferos Não Voadores

Esse programa vem com um propósito de ser uma espécie de monitoramento do Programa de Conectividade da Paisagem. Sendo assim, ele servirá de base para a avaliação da eficiência dos corredores no aumento da conectividade da paisagem, para a comunidade de pequenos mamíferos não voadores presentes nas áreas de estudo. Segundo informado no estudo, a escolha desse grupo específico da fauna pela equipe de consultores se deveu ao fato de possuírem grande potencial como indicador de qualidade e/ou degradação ambiental.

Dessa forma, o objetivo geral desse programa é avaliar a efetividade de uso dos corredores de conectividade da paisagem por pequenos mamíferos não voadores. Em relação aos objetivos específicos, destaca-se:

- Diagnosticar as espécies de pequenos mamíferos não voadores que ocorrem na região do empreendimento;
- Avaliar a utilização dos corredores de conectividade pelas espécies de pequenos mamíferos não voadores nos diferentes estágios de desenvolvimento destes;
- Avaliar o fluxo de indivíduos entre os fragmentos conectados comparando o sucesso de captura e recaptura em cada fragmento conectado.

Numa comparação temporal com o programa anteriormente discutido - Programa de Conectividade da Paisagem (PCP) - percebe-se que o Sub-programa de monitoramento de pequenos mamíferos não voadores será executado em três etapas, dentro de um período de, aproximadamente, quatro anos: a primeira etapa com realização em momento anterior às atividades de implementação do PCP, a segunda etapa ocorrendo paralelamente à implantação dos corredores de conectividade e a terceira etapa a ser realizada nos dois anos consecutivos, após o final das atividades de implantação dos corredores de conectividade.



- Primeira Etapa: tinha como objetivo verificar as espécies potenciais de pequenos mamíferos não voadores que ocorrem na região do empreendimento. Para tanto, seriam realizadas duas campanhas de campo, uma na estação seca e outra na estação chuvosa, nas diferentes fisionomias encontradas. A amostragem de pequenos mamíferos deveria ser realizada por meio do método de captura, marcação e recaptura, a fim de se obter dados sobre riqueza de espécies e abundância relativa. Para isso, seriam utilizadas armadilhas de captura viva do tipo gaiola de arame galvanizado, dispostas na altura do solo e no sub-bosque. Como isca, seria utilizada uma mistura de paçoca de amendoim com sardinha em óleo e fatias de banana.

Esta campanha de diagnóstico já foi realizada e os resultados encontram-se dentro do PCA ora analisado.

Vale ressaltar que, antes de ser realizado qualquer procedimento de captura, a equipe responsável deverá obter a respectiva licença do órgão competente. Tal licença deverá abranger todas as demais atividades pertinentes a ocorrerem nas demais etapas do Sub-programa de monitoramento de pequenos mamíferos não voadores.

- Segunda Etapa: nessa etapa, serão realizadas quatro campanhas de campo por ano - duas na estação seca e duas na estação chuvosa -, por dois anos, com duração de aproximadamente seis dias cada, em fragmentos e corredores a serem escolhidos pela equipe responsável. A sugestão apresentada no estudo é de se monitorar três fragmentos a serem conectados, bem como os dois corredores de ligação entre eles. Para isso, também serão utilizadas armadilhas de captura viva do tipo gaiola de arame galvanizado, dispostas na altura do solo e no sub-bosque. Da mesma forma como a apresentada na etapa anterior, as armadilhas serão iscadas com uma mistura de paçoca de amendoim com sardinha em óleo e fatias de banana. A vistoria para se verificar os indivíduos capturados ocorrerá no início da manhã, durante cinco dias consecutivos. Dos indivíduos capturados, serão tomadas informações sobre espécie, massa corporal, classe de idade, sexo e condição reprodutiva, data e local de captura. Além disso, cada indivíduo deverá ser marcado com um brinco numerado e soltos nos postos onde foram capturados.
- Terceira Etapa: nessa etapa, serão realizadas quatro campanhas de campo, sendo duas em cada ano, seguindo o mesmo procedimento metodológico descrito para a etapa anterior (Segunda Etapa). Os produtos a serem gerados nessa etapa deverão abordar as avaliações de utilização dos corredores pelas espécies de pequenos mamíferos não voadores, nos diferentes estágios de desenvolvimento desses corredores, bem como a avaliação do fluxo de indivíduos entre os fragmentos conectados.

Em relação aos produtos gerados a partir das atividades desenvolvidas no sub-programa de monitoramento de pequenos mamíferos não voadores, há previsão de elaboração de Relatórios de Atividades após a realização de cada campanha de campo, Relatórios Técnicos Parciais após o término de cada etapa de trabalho e Relatório Técnico Final após a conclusão de todas as etapas em campo. Esse último relatório deverá resgatar os resultados obtidos ao longo dos quatro anos previstos para o projeto e constar as avaliações sobre a efetividade dos corredores de conectividade e sobre a necessidade de continuidade do monitoramento.



Ressalta-se que os profissionais deverão solicitar licenças de captura, transporte e soltura de fauna silvestre ao IBAMA e apresentá-las a SUPRAM CM antes do início das atividades de cada projeto.

2.4.10 Programa de Pesquisa e Monitoramento da Fauna Silvestre

Este programa trata de ações de resgate, acompanhamento e re-direcionamento da fauna, principalmente masto e herpetofauna, para áreas receptoras, durante a supressão vegetal. Conta com ações direcionadas principalmente (mas não somente) para o sagui-do-cerrado (*Callithrix penicillata*) e o esquilo (*Sciurus ingrami*), espécies de ocorrência mais significativa na área.

O projeto se justifica por promover ações de minimização de impactos sobre a fauna terrestre, relacionadas a redução e fragmentação de habitats decorrente da supressão da vegetação local, redução da disponibilidade de abrigo e alimentos.

Os objetivos que se destacam neste programa são: direcionar a supressão e conduzir a migração da fauna para áreas que possam abrigá-la; evitar a morte de filhotes de aves em ninhos; evitar que animais fiquem feridos ao realizar-se o afugentamento ativo e que seja necessário o seu resgate; salvaguarda de indivíduos representativos da fauna silvestre, especificamente esquilos e saguis visando seu re-direcionamento para áreas que serão preservadas; realizar o manejo adequado dos exemplares resgatados; minimizar os impactos a serem provocados, contribuindo para a conservação das espécies em questão, buscando reduzir ao máximo a possibilidade de morte predatória dos animais.

As ações previstas têm como meta a redução do número de acidentes com animais e a diminuição do número de translocações ativas de animais, além de proporcionar deslocamento seguro dos animais para habitats adjacentes.

Será ministrada por biólogos uma palestra destinada aos trabalhadores que executarão o desmate. Durante a supressão vegetal, caso haja necessidade de resgate, será realizado juntamente com um biólogo especialista no grupo taxonômico em questão, devendo ser solto em área pré-determinada, com vegetação que possua as mesmas características do local onde foi resgatado. Animais com algum dano físico deverão ser assistidos por um médico veterinário e animais encontrados mortos devem ser enviados para coleções científicas ou educacionais.

O Programa se dará numa única fase, a de supressão da vegetação. Antes disso deverão ser implementadas ações necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos, previstos no planejamento do programa. As ações de resgate constituem basicamente o acompanhamento das frentes de desmate, incluindo a avaliação preliminar da área de desmate, definição de áreas para soltura de eventuais espécimes resgatados e acompanhamento das ações de desmatamento.

O acompanhamento e eventual resgate de esquilos e saguis se dará no desmatamento dos ambientes florestais necessários a implantação de infra-estrutura e obras do empreendimento. A necessidade de captura e/ou de coleta dos animais deveser avaliada caso a caso, no entanto a premissa básica será a de se evitar, ao máximo, a captura de qualquer indivíduo.

Em conformidade com o Capítulo III, parágrafo 2a, inciso I da Instrução Normativa IBAMA nº 146/2007, deverá ser informada a identificação utilizada para cada animal relocado, bem como registrada as coordenadas geográficas do ponto de soltura.



Os resultados serão consolidados em um relatório técnico fotográfico, contendo lista de espécies avistadas durante a supressão, descrição de ocorrências de eventual necessidade de manejo de animais, além de outros documentos pertinentes. A apresentação do relatório consta como condicionante deste Parecer Único.

O projeto deve ser planejado e executado por profissionais capacitados e especializados, a equipe coordenada por profissional especialista em manejo de fauna, preferencialmente biólogo, com apoio de biólogos especialistas em cada grupo taxonômico, médico veterinário e auxiliares de campo.

A avaliação será feita com base nos relatórios de acompanhamento e com base nos resultados do Programa de Monitoramento de Fauna subsequente, que permitirão avaliar as alterações nas comunidades de fauna de áreas do entorno do empreendimento.

Os preparativos para o acompanhamento devem ser iniciados cerca de dois meses antes do desmate, permitindo o estudo da área e a obtenção da licença do IBAMA para manejo de fauna. A palestra de orientação à equipe operacional deve ser feita imediatamente antes da supressão, e o acompanhamento da supressão associado ao afugentamento ativo da fauna deverão ser executados durante o desmate.

A implantação deste programa é de responsabilidade do empreendedor ou empreiteira contratada, através de um supervisor ambiental de campo. A execução dos trabalhos ficará a cargo de equipes técnicas especializadas para cada grupo, sob fiscalização direta do empreendedor ou do supervisor.

O cronograma previsto para o Programa de Pesquisa e Monitoramento da Fauna Silvestre possui fase de planejamento e implantação. Foi previsto para a fase de planejamento em meses subsequentes a mobilização da equipe de resgate, palestras e treinamentos para operários e avaliação preliminar da área a ser suprimida. Foi previsto para a fase de implantação em meses subsequentes a definição de áreas de soltura, reunião prévia a supressão, acompanhamento da supressão e emissão de relatório.

Ressalta-se que os profissionais deverão solicitar licenças de captura, transporte e soltura de fauna silvestre ao IBAMA e apresentá-las a SUPRAM CM antes do início das atividades de cada projeto.

2.4.11 Programa de Monitoramento das Águas

O programa de monitoramento da qualidade das águas proposto pelo empreendedor visa a manutenção do programa que já vem sendo executado, ou seja, do programa aprovado na licença prévia do empreendimento como um todo e de instalação do módulo denominado Prime Community. Cabe ressaltar que este monitoramento é realizado apenas no rio das Velhas, e, tendo em vista a previsão do lançamento de efluente tratado no córrego da Guia, deverá ser apresentado um programa de monitoramento da qualidade das águas do córrego da Guia, para execução na fase de operação do empreendimento.

Ressalta-se que o programa de monitoramento deverá contemplar a avaliação de parâmetros físico-químicos, bacteriológicos e hidrobiológicos, de forma quantitativa e qualitativa, através das campanhas e alertar, caso necessário, para situações sanitárias que necessitem de intervenção do empreendedor. Para o monitoramento das águas superficiais, deverão ser utilizados os seguintes parâmetros:



- Físico-químicos: Fósforo total, nitrogênio total, turbidez, pH, oxigênio dissolvido, DBO, sólidos totais, sólidos em suspensão e sólidos sedimentáveis;
- Bacteriológicos: Coliformes fecais;
- Hidrobiológicos: Fitoplâncton, Zooplâncton e Zoobênton (quali-quantitativos).

2.4.12 Programa Ambiental da Construção – PAC

O principal objetivo do programa ambiental da construção é promover a integração das ações ambientais do canteiro de obras, visando evitar danos ambientais decorrentes de práticas incorretas de engenharia e acidentes.

Para tal, o empreendedor implantou um escritório no canteiro de obras, que dispõe de técnicos com finalidade de fiscalizar as práticas de construção realizadas no empreendimento, certificando-se do cumprimento das condicionantes e programas ambientais propostos.

Ressalta-se que esse programa já vem sendo executado, em virtude da implantação do módulo Prime Community, e deverá ser mantido, inclusive para as próximas licenças de instalação do loteamento.

2.4.13 Programa de Controle de Ruídos e Vibrações

Para o empreendimento Reserva Real, as emissões sonoras e vibrações ocorrerão durante a implantação e operação do empreendimento, sendo que durante a fase de implantação, as emissões de ruídos e vibrações dependem da natureza e do estado dos equipamentos existentes no canteiro de obras, como máquinas e caminhões.

O Programa objetiva monitorar os níveis sonoros na fase de implantação e operação do empreendimento; manter os níveis de pressão sonora e os níveis de vibração dentro de limites estabelecidos por lei durante a fase de obras, identificar os equipamentos geradores de ruídos e estabelecer medidas de atenuação.

2.4.14 Projeto de Gerenciamento de Resíduos

O presente programa visa promover a adequada coleta e transporte dos resíduos sólidos urbanos gerados no empreendimento, de forma a atender as condições impostas pela Prefeitura de Jaboticatubas, que será encarregada da destinação final destes resíduos.

Sendo assim, o empreendedor informa que os resíduos sólidos serão coletados, acondicionados temporariamente e transportados para o local de disposição final, conforme aceite da Prefeitura de Jaboticatubas, que se manifestou favorável a tal, conforme termo de anuência, emitido pela citada prefeitura.

3 CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES DA LICENÇA PRÉVIA

Tendo em vista a concessão de licença de instalação para o primeiro módulo do loteamento Reserva Real, o atendimento das condicionantes da licença prévia foram avaliadas na ocasião de elaboração do parecer único para tal. Sendo assim, apresenta-se a verificação elaborada à época, acrescida da revisão das condicionantes que a princípio não se encontravam satisfatoriamente atendidas.



01 - Apresentar solução de acesso que seja totalmente externa ao município de Santa Luzia.

Condicionante atendida, conforme protocolo de intenções assinado entre empreendedor e estado, visando a construção de nova ponte sobre o rio das Velhas e conseqüente traçado de novo acesso.

02 - Apresentar os Programas de Educação Ambiental, Conectividade da Paisagem e Pesquisa e Monitoramento da Fauna Silvestre.

Condicionante atendida. Os citados programas foram apresentados e entendidos como satisfatórios pela equipe da SUPRAMCM.

03 - Apresentar novo projeto urbanístico visando adequar áreas destinadas à prática do golfe em áreas distintas das de preservação permanente.

Foi formalizado na SUPRAM-CM (Protocolo SUPRAM nº R086214/2010) a retificação dos projeto dos campos de golfe, contemplando a sua exclusão das áreas de APP, garantindo a sua proteção.

04 - Apresentar novo projeto urbanístico visando adequar as áreas institucionais ao percentual mínimo de 5% sobre a área total do empreendimento, conforme Decreto 44.646.

Excluída pelo COPAM

05 - Apresentar cronograma de implantação dos sistemas produtores de água para abastecimento, correlacionando as datas de implantação do sistema produtor com as datas de instalação de cada parte do loteamento, tendo em vista ainda os consumos humanos e de irrigação.

Condicionante atendida, em razão da apresentação dos estudos solicitados.

06 - Apresentar o dimensionamento das Estações de Tratamento Modulares, citando as etapas de tratamento e a forma de realização.

Condicionante atendida. Contudo, não estava prevista a implantação destas ETE's modulares na fase de licenciamento ambiental anterior.

07 - Apresentar solução de disposição de resíduos sólidos urbanos e de construção civil, tendo em vista a população a se instalar no empreendimento, conforme as etapas definidas pelo cronograma de implantação do loteamento.

Condicionante atendida. No licenciamento ambiental anterior, a condicionante encontrava-se parcialmente atendida, tendo em vista a não apresentação da forma definitiva de disposição destes resíduos. Contudo, visando atender essa solicitação, o empreendedor informou que os resíduos sólidos gerados serão encaminhados para a prefeitura municipal, a qual atestou a capacidade de recebimento dos resíduos, conforme declaração anexada ao processo. Ressalta-se que, a atual forma de disposição de resíduos sólidos do município de Jaboticatubas é realizada em aterro controlado e que o citado município encontra-se consociado a outros, para a implantação e operação de um aterro sanitário, que possui licença prévia e de instalação. Este aterro sanitário encontra-se em implantação no município de Matozinhos.



08 - Apresentar soluções para a destinação do material de bota fora, proveniente das ações de terraplanagem.

A condicionante foi cumprida satisfatoriamente, sendo informado que o bota fora será realizado nas áreas do próprio empreendimento.

09 - Apresentar manifestação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Jaboticatubas sobre a qualidade e a pertinência dos resultados finais do Programa de Inventário e Promoção de Bens Culturais.

A Manifestação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Jaboticatubas está contemplada como uma das ações do Programa de Inventário e Promoção dos bens culturais descrito no PCA.

10 - Apresentar estudo sobre o corredor ecológico formado pela mata ciliar do Rio das Velhas, abordando aspectos de sua real existência, funcionalidade e dependência para as espécies de aves migradoras, assim como os possíveis impactos do empreendimento na sua funcionalidade ecológica. Apresentar estudo de recuperação da Mata Ciliar existente no empreendimento.

Condicionante atendida.

Através de uma análise histórica, pode-se afirmar que, no passado, o rio das Velhas e seus afluentes representaram um importante corredor para a movimentação de populações de aves, migratórias ou não, que se deslocavam no sentido norte-sul.

Atualmente é observada em toda a bacia a redução da extensão da cobertura vegetal nativa e a descaracterização das áreas remanescentes. Destacam-se matas ciliares fragmentadas e descaracterizadas, que mesmo com estas condições, atuam como corredores ecológicos para a fauna de aves regional, visto que manchas urbanas podem, portanto, constituir barreiras efetivas ao deslocamento de muitas espécies.

Estes corredores atuam decisivamente no acesso de animais migratórios e no intercâmbio entre populações de espécies residentes, contribuindo para a manutenção a longo prazo da diversidade genética das populações animais e vegetais.

O empreendimento não deverá provocar impactos negativos significativos sobre a funcionalidade do corredor formado pela vegetação ciliar remanescente. Foi apresentado estudo de recuperação da mata ciliar existente na área do empreendimento no Programa de Conectividade da Paisagem.

Como resultado a médio e a longo prazo, a recuperação dos trechos mais degradados da mata ciliar do Rio das Velhas e de alguns de seus afluentes (como previsto no projeto) deverá proporcionar maior efetividade como ambiente de conectividade além de permitir um aumento de sua diversidade faunística.

Foi recomendado nos estudos ambientais que o viveiro utilizado para a produção de mudas, destinadas para a recomposição de área dentro do empreendimento seja mantido por um período mais longo e que sua produção extra seja doada a propriedades vizinhas que desejem implementar programas similares.

11 - Consoante a legislação vigente, dar continuidade aos estudos arqueológicos, de acordo com a Portaria IPHAN 230/2002, apresentando, no EIA, o Programa de 12 - Prospecção Arqueológica para a ADA e AID com a devida aprovação do GEPAN/IPHAN, publicada no Diário Oficial da União.



Condicionante atendida.

Foi apresentada a Portaria IPHAN nº 10 de 07 de maio de 2010 aprovando a continuidade dos estudos.

12 - Apresentar laudo geológico/geotécnico com diretrizes para ocupação de todos os lotes com declividade entre 30% e 47%. Esse laudo deve ser realizado por geólogo ou engenheiro geotécnico, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Condicionante atendida, sendo apresentado o respectivo laudo.

13 - Adequar o projeto urbanístico às diretrizes municipais, emitidas em fevereiro de 2009, no que diz respeito a área dos lotes da comunidade aeroportuária a qual ultrapassa o limite máximo permitido por estas diretrizes. Bem como, adequar o comprimento das quadras que não poderá ser superior a 360m.

Condicionante atendida, com a apresentação do projeto revisado.

14 - Adequar implantação da pista do aeródromo, tendo em vista a área atual apresentar supressão de espécies vegetais protegidas por lei.

O empreendedor justifica que, pelo fato de o empreendimento ser considerado de relevante interesse social (conforme documento emitido pela Prefeitura Municipal de Jaboticatubas, datado de 27/11/2009), seria admitido o abate de pequizeiros, mediante prévia autorização do poder público. O empreendedor se compromete a realizar a reposição de todos os possíveis indivíduos desta espécie a serem afetados, em número e condição conforme a legislação pertinente.

15 - Apresentar os cronogramas de cumprimento para todos os programas de monitoramento propostos para o empreendimento, em sua fase de instalação e operação.

Condicionante atendida, com a respectiva apresentação dos cronogramas dos programas.

16 - Apresentar diretrizes metropolitanas emitidas pela SEDRU

Condicionante atendida satisfatoriamente.

17 - Elaborar estudos técnicos visando criação e implantação de Sistema de Áreas Protegidas, composto por UC's de proteção integral, APP's e Reservas Legais, em área a se definida conjuntamente com IEF, ICMBio e empreendedor, levando em conta: conectividade entre APA's de Lagoa Santa e Morro da Pedreira, a importância da biodiversidade para criação e implantação de UC's de uso integral, corredores ecológicos, capazes de garantir fluxo gênico entre as UC's e proteção dos tributários dos dois cursos d' água.

Condicionante atendida satisfatoriamente, com a apresentação dos citados estudos.

18 - Elaborar e implantar projetos de iluminação das vias públicas e áreas externas às construções, sob parâmetro de minimização dos impactos sobre a fauna.



Foi apresentado um memorial descritivo das instalações elétricas para o empreendimento, com o compromisso de minimizar ao máximo os danos contra o meio ambiente. Contudo, foi informado que, a princípio, a iluminação seria realizada a partir de energia solar. Ressalta-se que este modelo de abastecimento foi descartado pelo empreendedor que, em contrapartida, informou usar lâmpadas tipo "LED" que consome menos energia elétrica que as lâmpadas convencionais.

19 - Apresentar estudos relativos a reforço da segurança pública na área urbana de Jaboticatubas

Tais ações estão previstas no Projeto de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos e serão desenvolvidas através de Convênio a ser firmado entre o empreendedor e a Polícia Militar de Minas Gerais - 35º Batalhão de Santa Luzia. Foi apresentado documento informando o encaminhamento da minuta do convênio a ser firmando para o Comando da Corporação.

**20 - Executar proposta apresentada nos estudos ambientais de construção de posto policial, escola, posto de saúde, dentre outros previstos nos estudos ambientais, de forma a atender toda a demanda gerada pelo empreendimento
Prazo: Formalização da LO. Deverá o empreendedor zelar pela manutenção predial, passando oportunamente tal responsabilidade para as associações a serem instituídas**

Condicionante atendida.

21 - Criar brigada de combate a incêndios provisória, 180 dias após a obtenção da LP e uma definitiva na obtenção da LO, em áreas naturais da região

Foi apresentada manifestação do Terceiro Batalhão de Bombeiros Militar (datada de julho de 2010) em que este se compromete, em um primeiro momento, a fazer um planejamento para atender as necessidades do empreendimento e atender à demanda referente a treinamentos da brigada de incêndio.

22 - Revisar as vias internas e de acesso ao empreendimento, entre as vias MG-10 e MG-20, de acordo com a legislação vigente, em especial o Plano Diretor de Jaboticatubas, com o objetivo de atender às expansões futuras

Condicionante atendida. A largura das vias do empreendimento está de acordo com o disposto no anexo 1 da Lei Municipal 2090 (datada de março de 2010). Já as vias de acesso ao empreendimento será projeto futuro do Estado, através da SETOP, conforme Protocolo de Intenções assinado pela VIVA Empreendimentos e o Estado de Minas Gerais (datado de 03/12/2009).

23 - Realizar Consulta ao CBH Velhas para verificar disponibilidade hídrica

Foi protocolado no Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, em 29/04/2010, estudos relativos ao abastecimento e irrigação do empreendimento para fins de verificação de disponibilidade hídrica. Entretanto, não houve, até o fechamento deste parecer, resposta do comitê supracitado.

24 - Apresentar programa de monitoramento periódico dos efluentes e da água, com tomada de dados anteriores a implantação, durante e também posteriores.

Condicionante satisfatoriamente atendida.



4 INTERVENÇÃO E UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HIDRICOS

Para a fase de licenciamento ambiental das Biovilas, objeto desse parecer único, a utilização dos recursos hídricos se limitam a uma captação superficial direta no rio das Velhas. Para tal, o empreendedor formalizou processo de outorga, sob nº 02416/2012, para a vazão de 90 litros por segundo.

Ressalta-se que, conforme Deliberação Normativa CERH nº 7/2002, as captações superficiais são tratadas como intervenções de pequeno porte e potencial poluidor. Para fins de implantação do sistema viário, serão empregados os bueiros já outorgados para o módulo *Prime Community*.

5 AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL – AIA

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA FLORA

Conforme citado nos Estudos de Impacto Ambiental apresentados, todo o município de Jaboticatubas encontra-se nos domínios do bioma Cerrado, segundo a classificação da Vegetação Brasileira do IBGE (Veloso et al. 1991), podendo ocorrer ainda, áreas de transição entre os biomas do cerrado e da mata atlântica. Nesta transição entre os dois biomas podem ocorrer as tipologias de florestas estacionais semidecíduais, florestas ripárias, juntamente com as diferentes fisionomias do cerrado.

No município de Jaboticatubas predominam propriedades rurais com atividades agropastoris, sendo que algumas já foram loteadas ou transformaram-se em condomínios fechados de casas. A paisagem do município, de forma geral, é composta por pastagens, áreas agrícolas, fragmentos isolados de floresta estacional e áreas com vegetação de cerrado em regeneração. A vegetação nativa da região encontra-se em diferentes estágios sucessionais, com muitas áreas em regeneração, após ocorrências de fogo, abertura de estradas e corte raso, principalmente para formação de pastagem ou produção de carvão.

A área do empreendimento apresenta uma paisagem fragmentada, onde ocorrem florestas em diferentes estágios sucessionais, rodeadas por uma matriz de pastagens com remanescentes arbóreos, cerrado em regeneração e campos antropizados. É comum nas áreas de pastagens a ocorrência de algumas espécies arbóreas isoladas, como *Caryocar brasiliensis* (pequizeiro), *Plathymenia reticulata* (vinhático), *Styphnodendron adstringens* (barbatimão), *Hancornia speciosa* (mangaba) e *Acrocromia aculeata* (macaúba).

O cerrado em regeneração apresenta-se principalmente como campo cerrado, porém muito degradado e empobrecido pelos sucessivos cortes para produção de carvão. As árvores apresentam altura média de 3,5 m, com máximo de 8 m de altura. O diâmetro médio é de 8,6 cm, sendo o máximo de 30 cm. Algumas espécies encontradas na área são: *Styphnodendron adstringens* (barbatimão), *Xylopia aromática* (pimenteira), *Qualea grandiflora* (pau-terra), *Harconia speciosa* (mangaba), *Caryocar brasiliensis* (pequizeiro), *Byrsonima crassa* (murici) e *Plathymenia reticulata* (vinhático). Já no campo sujo, que é uma fisionomia do Cerrado, predomina o estrato herbáceo-arbustivo, e as árvores são de pequeno porte e de ocorrência esparsa, atingindo altura média de 2 m e máxima de 5 m.

A Floresta Estacional Semidecidual ocorrente na ADA é classificada como submontana (de 30 a 400 m de altitude). Esta é secundária e se encontra nos estágios inicial e médio de regeneração. Algumas espécies comuns dessa tipologia são



encontradas na área como: *Copaifera langsdorffii* (pau-de-óleo), *Lithraea molleoides* (aroeirinha), *Acrocromia aculeata* (macaúba), *Guazuma ulmifolia* (mutambo), *Cupania vernallis* (camboatá) e *Machaerium villosum* dentre outras.

Várias das matas presentes atualmente no local já sofreram corte raso ou seletivo. Árvores com troncos múltiplos são comuns tanto nas matas quanto nas áreas de pasto e cerrado. Através de perguntas feitas aos moradores, constatou-se que alguns dos remanescentes atuais representam regenerações de 10 - 15 anos, quando foram roçadas para tornarem-se pastagens, ou para produção de carvão. Em algumas destas matas, existe um emaranhado de cipós entrelaçados às árvores, mostrando uma estrutura florestal completamente alterada pelos impactos sofridos. Ainda hoje, pode-se constatar que o gado está presente nas áreas de floresta visitadas.

O inventário apresentou 140 espécies distribuídas em 44 famílias botânicas, podendo ser observada dentre essas, a presença de duas espécies imunes de corte: *Caryocar brasiliensis* (pequizeiro), protegida pela Lei Estadual 10.883, de 02 de outubro de 1992 e *Tabebuia serratifolia/Tabebuia crysotricha* (Ipê-amarelo), protegida pela Lei Estadual 9.743, de 15 de dezembro de 1988. A Lei Estadual 20.308, de 27 de julho de 2012, modificou a legislação supra-mencionada, permitindo a supressão destes exemplares para empreendimentos em áreas urbanas, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente, sendo a intervenção compensada na forma prevista neste diploma legal, conforme condicionante deste parecer.

Também foram encontradas na área as espécies *Dalbergia nigra* (Jacarandá caviúna), *Myracrodruon urundeuva* (Aroeira-do-sertão) e *Astronium fraxinifolium* (Gonçalo-alves), presentes na Instrução Normativa M.M.A. 06/08, que lista as espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção.

5.2 QUANTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO

A área requerida para a supressão de vegetação perfaz um total de 168,26 ha, nas fisionomias de pastagem com árvores isoladas e floresta estacional semidecidual no estágio inicial de regeneração. Esta área é relativa à intervenção direta para a implantação das vias de acesso, equipamentos públicos e dos lotes do empreendimento, e dar-se-á da seguinte forma:

- Implantação dos lotes:

Tipo	Uso	Área (m ²)	Área (ha)
Lotes	Pastagem	1110000	111,00
	Floresta Estacional Semidecidual Inicial	60300	6,03



- Implantação dos equipamentos públicos:

Tipo	Uso	Área (m ²)	Área (ha)
Equipamentos	Pastagem	70500	7,05
	Floresta Estacional	200	0,02

- Implantação das vias:

Tipo	Uso	Área (m ²)	Área (ha)
Vias	Pastagem	416200	41,62
	Floresta Estacional Semidecidual Inicial	24800	2,48

- Total das áreas a serem suprimidas para a implantação do empreendimento:

Tipo	Uso	Área (m ²)	Área (ha)
TOTAL	Pastagem	1596700	159,67
	Floresta Estacional Semidecidual Inicial	85960	8,59

5.3 QUANTIFICAÇÃO DO MATERIAL LENHOSO

O inventário florestal apresentado permitiu estimar a volumetria total da supressão em 2.222,06 m³ de madeira, sendo 1131,43 m³ para a floresta estacional semidecidual e 1.090,63 m³ para a área de pastagem.

5.4 RESERVA LEGAL

A reserva Legal referente a todas as propriedades envolvidas nesta fase de Licença de Instalação já se encontram averbadas.

5.5 INTERVENÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Para esta fase do empreendimento não está previsto intervenções em áreas de preservação permanente.



5.6 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

5.6.1 *Compensação por Supressão de Exemplares Arbóreos Protegidos por Lei e Ameaçados de Extinção*

Considerando os termos da Lei Estadual nº 9.743/88, que define os casos em que o órgão ambiental estadual competente pode autorizar a supressão do Ipê-amarelo, a empresa deverá apresentar proposta de compensação para os exemplares desta espécie suprimidos, na forma prevista na referida lei, modificada pela Lei Estadual 20.308 de 27 de julho de 2012.

Considerando os termos da Lei Estadual nº 10.883/92, que define os casos em que o órgão ambiental estadual competente pode autorizar a supressão do Pequiueiro, a empresa deverá apresentar proposta de compensação para os exemplares desta espécie suprimidos, na forma prevista na referida lei, modificada pela Lei Estadual 20.308 de 27 de julho de 2012.

De acordo com os estudos apresentados, foram encontradas três espécies da flora ameaçadas de extinção na área diretamente afetada pelo empreendimento (*Dalbergia nigra*, *Myracrodruon urundeuva* e *Astronium fraxinifolium*), sendo recomendado, assim, o plantio compensatório, na proporção de 25 para 1, dos exemplares ameaçados suprimidos.

5.6.2 *Compensação Ambiental*

Com relação à compensação ambiental estabelecida pela Lei Federal nº 9.985/2000 e Decreto Estadual 45.175/09 (SNUC), constatou-se que a instalação da atividade acarretará significativo impacto ambiental, tendo em vista a alteração permanente da paisagem, geração permanente de resíduos sólidos urbanos, geração permanente de efluente sanitários, supressão de vegetação em área significativa, afugentamento de fauna silvestre e redução de habitat.

Deste modo, a equipe técnica elaboradora deste parecer, entende que haja incidência da compensação ambiental para o empreendimento.

6 CONTROLE PROCESSUAL

Trata-se de requerimento de Licença de Instalação, cuja atividade é o loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais.

O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação listada no Formulário de Orientação Básica, constando dentre outros procuração e declaração de que a cópia digital apresentada é fiel aos estudos apresentados nos autos do processo.

Os custos de análise do licenciamento foram devidamente quitados, conforme verificado através de consulta ao SIAM.

Em atendimento ao Princípio da Publicidade e ao previsto na Deliberação Normativa COPAM nº 13/95 foi publicado pelo empreendedor em jornal de grande circulação a concessão da licença prévia, bem como o requerimento da Licença de instalação, fls. 847 e 848. Pelo órgão ambiental foi publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

Foi apresentado relatório de cumprimento de condicionantes, que foi julgado satisfatório pela equipe técnica.



Em referência a Compensação Ambiental, Dispõe o artigo 5º do Decreto 45.175/2009, alterado pelo Decreto 45.629/2011, em seu § 1º que a compensação ambiental para os empreendimentos considerados de significativo impacto ambiental que não tiver sido definido na fase de licença prévia será estabelecida na fase de licenciamento em que se encontrarem.

Identificada pela análise técnica a ocorrência de significativos impactos ambientais na instalação do empreendimento, nos termos acima expostos, incide a compensação ambiental.

A certidão negativa de débito ambiental foi expedida pela Diretoria Operacional da SUPRAM CM dando conta da inexistência de débitos ambientais até aquela data.

Trata-se de um empreendimento classe 5 (três), cuja análise técnica é conclusiva para concessão da licença de instalação com validade de 6 (seis) anos, condicionado às determinações dos Anexos deste parecer, deste modo, não havendo óbice, recomendamos o deferimento nos termos do parecer técnico.

7 DA CONCESSÃO DE LICENÇA AD REFERENDUM

A Reserva Real Empreendimentos Imobiliários S.A. formalizou pedido de concessão da licença *Ad Referendum* da URC – COPAM, protocolo R272120/2012, alegando urgência para cumprimento de cronograma físico/financeiro e ambiental, visto a proximidade do período chuvoso, situação relevante, que impactaria negativamente para os trabalhos da empresa empreendedora.

Após manifestação técnica e jurídica expressa neste Parecer Único, que recomenda o deferimento do pedido de licença ambiental atende-se a previsão legal do art. 8º, inciso V, do Decreto Estadual nº 44.667/2007, bem como o art. 13, da Deliberação Normativa COPAM nº 30/1998, restando destaque à motivação expressa e à excepcionalidade, dada pelo legislador, ao ato que se requer seja produzido, relativo à concessão da Licença Ambiental de Instalação *Ad Referendum* ao empreendimento em tela.

8 CONCLUSÃO

Diante do exposto, recomenda-se à Unidade Regional Colegiada – URC Velhas, que seja deferido o pedido de concessão da Licença de Instalação para o referido empreendimento, considerando o prazo de validade de 6 (seis) anos, desde que sejam observadas as restrições apontadas no presente Parecer Único, que sejam atendidas todas as normas técnicas, jurídicas e ambientais pertinentes, que sejam implementadas todas as medidas de segurança e controle propostas pelo empreendedor e que sejam observadas as condicionantes constantes do Anexo I deste parecer único.



ANEXO I

Processo COPAM Nº: 12026/2008/005/2012		Classe/Porte: 5/G
Empreendimento: Reserva Real Empreendimentos Imobiliários		
Empreendedor: Reserva Real Empreendimentos Imobiliários		
CNPJ: 09.347.083/0001-64		
Atividade: Parcelamento de solo para fins exclusiva ou predominantemente residenciais		
Localização do empreendimento: Fazenda da Guia (próximo as comunidades de Bamburral e Boa Vista)		
Município: Jaboticatubas		
Referência: Condicionantes da Licença de Instalação		
ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO*
01	Somente iniciar a construção das edificações residenciais após a obtenção das respectivas Licenças de Operação.	Durante a validade da licença.
02	Apresentar a documentação comprobatória de regularidade ambiental das empresas contratadas para a coleta e disposição final dos efluentes sanitários gerados no canteiro de obras.	Antes do início das obras de implantação das Biovilas.
03	Apresentar projeto e memorial descritivo de estrutura de pós tratamento secundário dos efluentes sanitários, visando garantir a eficiência total de remoção de matéria orgânica em pelo menos 85%.	Antes do início das obras de implantação das Biovilas.
04	Implantar o sistema proposto na condicionante nº 3, após avaliação e manifestação favorável, quanto a estrutura proposta, por parte da SUPRAMCM.	Durante a validade da licença.
05	Apresentar medidas de controle para o impacto ambiental de aumento do potencial erosivo da área do empreendimento, tendo em vista as ações de terraplanagem. Tais medidas deverão contemplar ações a serem executadas, tanto durante as obras quanto durante a fase de operação.	Antes do início das obras de implantação das Biovilas.
06	Apresentar programa de monitoramento da qualidade das águas do córrego da Guia, tendo em vista a previsão de lançamento de efluentes tratados.	Formalização da Licença de Operação.
07	Apresentar cópia do projeto aprovado junto a Prefeitura de Jaboticatubas.	Formalização da LO
08	Apresentar cópia do projeto aprovado junto a Agencia Metropolitana.	Formalização da LO
09	Apresentar as licenças emitidas pelo IBAMA referente a captura, transporte e soltura de fauna silvestre, relacionadas aos Programas ligados ao Meio Biótico.	Antes do inicio das atividades de cada projeto
10	Apresentar manifestação formal de instituição interessada em receber material zoológico para compor coleções.	Antes do início do Programa de Pesquisa e Monitoramento
SUPRAM - CM		Avenida Nossa Senhora do Carmo, 90 - Carmo Belo Horizonte/MG CEP 30.330-000 – Tel.: (31) 3228-7700
		DATA: 20/08/10 Página: 35/39



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

		da Fauna Silvestre.
11	Apresentar à SUPRAM CM Projeto Técnico de Reconstituição da Flora (PTRF), contemplando proposta de plantio compensatório dos exemplares ameaçados de extinção suprimidos para a implantação do empreendimento, a ser aprovado pela SUPRAM CM, e com implementação imediata.	Até 60 (sessenta) dias da publicação da decisão da URC
12	Apresentar à SUPRAM CM relatório técnico-fotográfico, com periodicidade anual, do plantio compensatório dos exemplares ameaçados de extinção suprimidos para a implantação do empreendimento, com duração de 5 anos.	Durante 5 anos a contar do início da implantação do PTRF.
13	Apresentar à SUPRAM CM proposta de compensação para os exemplares de ipê-amarelo e pequi suprimidos para a implantação do empreendimento, na forma prevista nas Leis Estaduais 9.743/88 e 10.883/92, modificada pela Lei Estadual 20.308 de 27 de julho de 2012.	Até 60 (sessenta) dias da publicação da decisão da URC
14	Apresentar relatório técnico consolidado do acompanhamento das atividades de supressão de vegetação, conforme disposto no Programa de Pesquisa e Monitoramento da Fauna Silvestre do Plano de Controle Ambiental.	60 dias após o final das atividades de supressão de vegetação.
15	Protocolar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF, no prazo máximo de 60 dias contados do recebimento da Licença, processo de compensação ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IRF Nº 55, de 23 de abril de 2012.	60 dias da publicação da decisão da URC

Ressalta-se que eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento de condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer único poderão ser resolvidos junto à própria SUPRAM, mediante a análise técnica e jurídica, desde que não alterem o mérito/conteúdo das condicionantes.



ANEXO III

AGENDA VERDE

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO				
Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Número do Processo	Data da Formalização	Unidade do SISEMA Responsável processo	
1.1 Integrado a processo de Licenciamento Ambiental	12026/2008/005/2012	15/02/2012	SUPRAM CM	
1.2 Integrado a processo de APEF	02045/2010	15/02/2012	SUPRAM CM	
1.3 Não integrado a processo de Lic. Ambiental ou AAF				
2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL				
2.1 Nome: Reserva Real Empreendimentos Imobiliarios LTDA		2.2 CPF/CNPJ: 09.347.083/0001-64		
2.3 Endereço: Av. dos Bandeirantes, 766		2.4 Bairro: Mangabeiras		
2.5 Município: Belo Horizonte		2.6 UF: MG	2.7 CEP: 30315-000	
2.8 Telefone(s): (31) 3228-8000		2.9 e-mail:		
3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL				
3.1 Nome: O mesmo.		3.2 CPF/CNPJ:		
3.3 Endereço:		3.4 Bairro:		
3.5 Município:		3.6 UF:	3.7 CEP:	
3.8 Telefone(s):		3.9 e-mail:		
4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL				
4.1 Denominação: Reserva Real		4.2 Área total (ha): 334,39		
4.3 Município/Distrito: Jaboticatubas		4.4 INCRA (CCIR):		
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 12.900 Livro: 2-AV Folha: 157 Comarca: Jaboticatubas				
4.6 N°. registro da Posse no Cartório de Notas: Livro: Folha: Comarca:				
4.7 Coordenada Plana (UTM)		X(6): 624.000	Datum: SAD 69	
		Y(7): 7.834.000	Fuso: 23	
5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL				
5.1 Bacia hidrográfica: Rio das Velhas				
5.2. Sub-bacia ou microbacia hidrográfica: Córrego da Guia				
5.3 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel			Área (ha)	
5.8.1 Caatinga				
5.8.2 Cerrado			334,49	
5.8.3 Mata Atlântica				
5.8.4 Ecótono (especificar): Cerrado e Mata Atlantica				
5.8.5 Total			334,39	
5.4 Uso do solo do imóvel			Área (ha)	
5.4.1 Área com cobertura vegetal nativa			5.9.1.1 Sem exploração econômica	
			5.9.1.2 Com exploração sustentável através de Manejo	
5.4.2 Área com uso alternativo			5.9.2.1 Agricultura	
			5.9.2.2 Pecuária	
			5.9.2.3 Silvicultura Eucalipto	
			5.9.2.4 Silvicultura Pinus	
			5.9.2.5 Silvicultura Outros	
			5.9.2.6 Mineração	
			5.9.2.7 Assentamento	
			5.9.2.8 Infra-estrutura	
			5.9.2.9 Outros	
5.4.3. Área já desmatada, porém abandonada, subutilizada ou utilizada de forma inadequada, segundo vocação e capacidade de suporte do solo.				
5.4.4 Total				
6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
6.1 Tipo de Intervenção		Quantidade	unid	

SUPRAM - CM

Avenida Nossa Senhora do Carmo, 90 - Carmo
Belo Horizonte/MG
CEP 30.330-000 – Tel.: (31) 3228-7700

DATA: 20/08/10
Página: 37/39



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

	Requerida	Passível de Aprovação	
6.1.1 Supressão da cobertura vegetal nativa com destoca	8,59	8,59	ha
6.1.2 Supressão da cobertura vegetal nativa sem destoca			ha
6.1.3 Intervenção em APP com supressão de vegetação nativa			ha
6.1.4 Intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa			ha
6.1.5 Destoca em área de vegetação nativa			ha
6.1.6 Limpeza de área, com aproveitamento econômico do material lenhoso.			ha
6.1.7 Corte árvores isoladas em meio rural (especificado no item 12)	159,67	159,67	ha
6.1.8 Coleta/Extração de plantas (especificado no item 12)			un
6.1.9 Coleta/Extração produtos da flora nativa (especificado no item 12)			kg
6.1.10 Manejo Sustentável de Vegetação Nativa			ha
6.1.11 Regularização de Ocupação Antrópica Consolidada em APP			ha
6.1.12 Regularização de Reserva Legal	Demarcação e Averbação ou Registro		ha
	Relocação		ha
	Recomposição		ha
	Compensação		ha
	Desoneração		ha
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO			
7.1 Bioma/Transição entre biomas			Área (ha)
7.1.1 Caatinga			
7.1.2 Cerrado			
7.1.3 Mata Atlântica			
7.1.4 Ecótono (especificar) Cerrado e Mata Atlântica			168,26
7.1.5 Total			168,26
8. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA			
8.1 Uso proposto	Especificação		Área (ha)
8.1.1 Agricultura			
8.1.2 Pecuária			
8.1.3 Silvicultura Eucalipto			
8.1.4 Silvicultura Pinus			
8.1.5 Silvicultura Outros			
8.1.6 Mineração			
8.1.7 Assentamento			
8.1.8 Infra-estrutura	Loteamento		168,26
8.1.9 Manejo Sustentável da Vegetação Nativa			
8.1.10 Outro			
9. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO			
9.1 Produto/Subproduto	Especificação	Qtde	Unidade
9.1.1 Lenha	Nativa/Usado na própria propriedade e doação.	2.222,06	m ³
9.1.2 Carvão			
9.1.3 Torete			
9.1.4 Madeira em tora			
9.1.5 Dormentes/ Achas/Mourões/Postes			
9.1.6 Flores/ Folhas/ Frutos/ Cascas/Raízes			
9.1.7 Outros			
10. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS.			
Consta no corpo deste Parecer Único.			
11. RESPONSÁVEIS PELO PARECER TÉCNICO.			

SUPRAM - CM

Avenida Nossa Senhora do Carmo, 90 - Carmo
Belo Horizonte/MG
CEP 30.330-000 – Tel.: (31) 3228-7700

DATA: 20/08/10
Página: 38/39



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Thiago Cavanelas Gelape
MASP: 1150193-9

